



**UNifeob**  
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

**2023**

**PROJETO DE CONSULTORIA  
EMPRESARIAL**



UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL**  
**MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO**  
**TERCEIRO SETOR**  
**IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA**  
**DE TAMBAÚ**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2023

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS  
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL  
MEDIDAS DE VALOR PARA EMPRESAS DO  
TERCEIRO SETOR  
IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA  
DE TAMBAÚ**

MÓDULO DE AUDITORIA E PERÍCIA

Auditoria Contábil – Prof. Paulo César Montanheiro

Avaliação de Empresas – Prof. Luiz Fernando Pancine

Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas – Prof. Danilo Morais Doval

Perícia e Arbitragem Contábil – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Auditoria e Perícia – Prof<sup>ª</sup>. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Alice Ferracini Prado, RA 20001348

Ana Luiza de Souza, RA 20001286

Lucas Roberto Martins Acosta, RA 20000639

Rafaela Soqueti, RA 20000546

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP  
JUNHO 2023

# SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	6
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	8
3.1	AUDITORIA CONTÁBIL	8
3.1.1	ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO	8
3.2	AVALIAÇÃO DE EMPRESAS	10
3.2.1	MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESAS	11
3.2.2	MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA	21
3.2.3	ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA	25
3.3	GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS	27
3.3.1	DOS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS	29
3.3.2	DOS PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS REGULARES	31
3.3.3	SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	40
3.4	PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL	40
3.4.1	PERÍCIA CONTÁBIL	40
3.4.2	LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL	41
3.4.3	PERÍCIA EXTRAJUDICIAL	43
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ	43
3.5.1	COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ	44
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	45
4	CONCLUSÃO	47
	ANEXOS	52

# 1 INTRODUÇÃO

O presente Projeto de Consultoria Empresarial do Módulo de Auditoria e Perícia do curso de Ciências Contábeis - que possui como título “Medidas de valor para empresas do Terceiro Setor” - visa, de um modo geral, analisar as medidas de valor para uma empresa do Terceiro Setor, ao qual engloba as ONGs (Organizações Não Governamentais), fundos comunitários, fundações, entidades beneficentes, entre outras instituições. E, através de tal análise, alguns quesitos serão esmiuçados, como o fluxo de caixa, o controle interno, a construção de um laudo contábil e questões relacionadas à folha de pagamento.

A empresa escolhida para o estudo é a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú, entidade filantrópica que presta serviço médico hospitalar, com sede na cidade de Tambaú/SP. É dela que serão coletados todos os dados e informações necessárias para realizar as análises e posteriores conclusões, fazendo, desse modo, com que seja possível colocar em prática e desenvolver todos os conhecimentos adquiridos em sala de aula durante o semestre. Para isso, cada matéria estudada no atual módulo de Auditoria e Perícia Contábil teve seu papel fundamental:

Através da matéria ministrada pelo Professor Paulo César Montanheiro - Auditoria Contábil - é possível enxergar a contabilidade da empresa analisada como um sistema de informações, realizando uma análise e estudo da estrutura do controle interno da mesma, sempre colocando em jogo o pensamento cético. Com isso, entende-se melhor o funcionamento dos processos mais simples e fundamentais realizados na organização, como comprar, vender e produzir bens e serviços.

Já com a disciplina de Avaliação de Empresas, do Professor Luiz Fernando Pancine, é dada ênfase na análise sobre o valor da empresa através de métodos que gerem uma medição viável; tal verificação deve ser baseada em medidas de desempenho de negócios. Além disso, também são melhor detalhados os métodos de avaliação, sendo o fluxo de caixa descontado o mais utilizado.

Com o Professor Danilo Morais Doval, na disciplina de Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas, conceitos cruciais, como o de procedimentos pré admissionais, procedimentos trabalhistas regulares e folha de pagamento são detalhados, gerando o melhor entendimento sobre práticas e rotinas trabalhistas cotidianas na empresa e sobre o cálculo da folha de pagamento.

Por fim, na matéria de Perícia e Arbitragem Contábil, ministrada pelo Professor Antonio Donizeti Fortes, é possível entender melhor sobre a Perícia Contábil, seus tipos, seu

planejamento, a nomeação e honorários do perito e o tão importante laudo pericial contábil ou parecer técnico contábil, tudo seguindo a legislação de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC).

## 2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa a ser analisada neste projeto é a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú, inscrita no CNPJ 72.052.350/0001-02 e CNAE 86.10-1-01 (presta atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências). Foi fundada em 16 de outubro de 1944, localizada na Rua Coronel Manoel de Souza Meirelles, número 40 - Centro, com sede na cidade de Tambaú/SP.

É caracterizada filantrópica, de utilidade pública federal, municipal, estadual e de direito privado. A finalidade desta entidade é prestar serviço médico hospitalar a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de qualquer espécie, seja cor, raça, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou de qualquer outra condição. Visto que os assistidos citados anteriormente terão assistência gratuita estabelecida pela legislação em vigor nos limites de suas possibilidades.

Um de seus principais objetivos é manter, administrar e desenvolver a Santa Casa de Misericórdia, bem como outros estabelecimentos que venha a criar ou incorporar; dispensar assistência médica e hospitalar aos enfermos e acidentados e manter leitos e serviços hospitalares para uso público gratuito ou não, dentro das proporções estabelecidas, pela legislação e regulamentos estaduais em vigor. Além disso, desempenha atuação de relevância no município de Tambaú, com destaque para os procedimentos de média complexidade, internação e cirurgias eletivas/urgência/emergência.

Sua infraestrutura é caracterizada por 01 consultório e 01 sala de gesso para atendimento de ambulatório de ortopedia, traumatologia e acidente de trabalho; 02 salas cirúrgicas e uma adicional para central de materiais, com funcionamento de 24 horas diárias, onde são realizadas cirurgias de pequeno, médio e grande porte; também é composta por 02 salas de centro obstétrico, 01 sala de parto normal, 01 sala de recepção para recém-nascidos, 01 berçário, 01 lavanderia hospitalar, 01 setor de nutrição e dietética, 01 agência transfusional, 01 farmácia, 02 Sames, 32 leitos SUS e 08 leitos particulares.

Destacando, ainda, que a Instituição tem Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), com vencimento em março de 2024, concedido pelo Ministério da Saúde à pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços na Área de Saúde e que possibilita às entidades a isenção das contribuições sociais, em conformidade com a Lei nº 8.212 de 24/07/1991.

Além disso, anualmente é feito uma apuração através de relatórios onde é demonstrado o percentual de atendimentos por cada centro de custo e especialidades, sendo

assim, a maior porcentagem em todos os anos é o SUS com praticamente 80% e outros convênios credenciados/particular com 20%, sendo muito difícil esses dados se alterarem. A assistência hospitalar no SUS é organizada a partir das necessidades da população, com a finalidade de garantir o atendimento aos usuários, baseado em equipe multiprofissional, na horizontalização do cuidado, na organização de linhas de cuidado e na regulação do acesso. A atenção hospitalar atuará de forma integrada aos demais pontos de atenção da rede e com outras políticas de forma intersetorial, mediadas pelo gestor, para garantir resolutividade da atenção e continuidade do cuidado.

Notoriamente, por ser considerada uma empresa de terceiro setor e sem fins lucrativos, se mantém sob a ajuda e designação de “Irmãos”, com doações financeiras, que se comprometem a servi-la com integral obediência às normas de seu Estatuto. Além do mais, possui uma página no Facebook e no Instagram (santacasa\_tambau), onde se encontram demonstradas informações sobre a entidade, tais como: endereço, telefone, doações da população, eventos beneficentes em prol à instituição, horários de visita, dentre outros recados importantes.



## **3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL**

### **3.1 AUDITORIA CONTÁBIL**

No que tange ao presente capítulo, Crepaldi (2023) argumenta que a Auditoria objetiva coletar elementos que sejam capazes de julgar a realização correta dos registros contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC e se as Demonstrações Contábeis refletem a realidade econômico-financeira de forma adequada. Portanto, esta é conceituada como uma técnica contábil que, através de procedimentos específicos, inspeciona e obtém informações e confirmações que possuem relação com o controle do patrimônio de uma organização. Contudo, vale frisar que a parte de correção de fraudes ou erros encontrados não faz parte da finalidade da Auditoria Contábil; dessa forma, a responsabilidade pela detecção destes é inteiramente da administração da empresa.

Ainda, dando ênfase na Auditoria Contábil, Pereira (2016, p. 2) conceitua:

A auditoria contábil pode contribuir e resguardar os direitos de terceiros, assegurar informações das demonstrações contábeis e financeiras e, assim, reduzir a ineficiência das operações e a prática de atos abusivos. [...] Também pode ser conceituada como um processo de análise independente de determinadas situações, com objetivo de criar um parecer em conformidade com padrões, que são denominados de critérios de auditoria.

Desta forma, é nítida a importância da auditoria como um instrumento de gestão que contribui para um funcionamento eficiente e eficaz da organização, de forma a possibilitar que potenciais irregularidades e problemas sejam detectados com antecedência.

#### **3.1.1 ANÁLISE DO CONTROLE INTERNO**

Para primeiramente contextualizar o tema, Lunkes (2010) apresenta o controle interno como sendo as medidas de precaução utilizadas em determinada empresa para que haja uma preservação de seu patrimônio. Ademais, este compreende os mecanismos empregues para que exista a convicção de que as informações da entidade são seguras e certas, através da verificação da legislação que ampara os bens e processos.

Complementando, Assi (2019) também conceitua sobre o tema afirmando que os Controles Internos podem ser estabelecidos como as políticas implantadas pela empresa, objetivando o melhoramento dos processos e a atenuação dos riscos. Ainda, continua expondo que tais controles devem garantir que as inúmeras fases do processo de tomada de decisão e do fluxo de informações apresentem confiabilidade; ou seja, resumidamente, o propósito destes é salvaguardar a entidade.

Portanto, fica claro que tais controles são ferramentas para minimização de erro, fraude, ineficiência e potencial abuso de poder e são fundamentais para assegurar a fidedignidade e integridade das informações e registros contábeis. Dessa forma, conhecer cada processo existente no negócio e os controles internos realizados na entidade torna-se crucial e é considerado como um estudo adequado, podendo ser realizado através de observações, indagações e averiguação da estrutura organizacional.

Nesse contexto, foi realizado um formulário - que se encontra no Anexo I, ao final do presente trabalho - ao qual foi respondido por colaboradores da entidade. Através dele, torna-se possível fazer o estudo adequado do controle interno da mesma, identificando seus pontos fortes e fracos, afinal, as Normas de Auditoria requerem um procedimento crítico e uma boa avaliação desse sistema tão fundamental.

Portanto, em decorrência do estudo feito acima, munindo-se das respostas do formulário, foi realizada uma análise sobre a estrutura do sistema do controle interno da empresa que se sucede abaixo:

É nítido que a aplicação dos controles internos, principalmente, no que diz respeito às organizações do Terceiro Setor, como a Santa Casa de Tambaú, auxilia na gestão de um modo geral - possibilitando o acompanhamento contínuo das ações desenvolvidas -, na captação de recursos e no planejamento de prestações de contas da forma correta.

Nesse contexto, para obter-se uma conclusão de como está essa aplicação dos controles internos, é importante efetuar o comparativo entre o que está previsto e o que realmente está sendo realizado na prática, dessa forma, torna-se possível identificar pontos fortes e fracos/deficientes e, posteriormente, efetuar os ajustes devidos.

Assim, observa-se, após análise, que um dos principais **pontos fortes** da entidade é o fato de existir uma segregação adequada entre as funções de cada área existente na empresa, minimizando, com isso, a possibilidade de qualquer um dos colaboradores praticar e ocultar erros e/ou fraudes no curso normal das suas atividades. Outro ponto forte é a adequação de suas Demonstrações Contábeis, todas se encontram corretas e averiguadas pela Auditoria Independente/Externa, que, inclusive, na Santa Casa de Tambaú, é realizada pela empresa PAES DE MENEZES AUDITORES ASSOCIADOS S/S.

Já no que tange aos **pontos fracos**, percebe-se a realização de certos “atalhos” em alguns dos processos organizacionais (significa que houve a falta de algum documento ou relatório emitido ou de algum procedimento no meio da operação, portanto, não ocorrendo de acordo com as condições ideais dos procedimentos do sistema de controle interno). Assim, algumas questões mais detalhadas que seguem um padrão a serem feitas, acabam

não sendo realizadas e o processo acaba ocorrendo de forma mais rápida. E é no meio desse percurso que corre-se o risco de surgirem problemas, sejam eles causados naturalmente ou intencionalmente.

Além disso, outro ponto deficiente encontrado foi a dificuldade em coletar determinadas respostas e informações, principalmente na parte contábil, como é possível observar a falta de alguns quesitos no formulário realizado - tem-se como exemplo o tópico "Geral". Cabe frisar que a entidade não possui setor contábil e, portanto, as Demonstrações Contábeis são elaboradas pelo contador responsável do escritório de contabilidade terceirizado que presta serviços à Santa Casa e se encontra situado na cidade de Santa Cruz das Palmeiras.

Assim, diante das deficiências encontradas, uma recomendação potencial plausível seria aplicar um estudo mais aprofundado dos controles internos dentro da empresa com uma interpretação mais detalhada. Tal estudo poderia ser efetuado utilizando, por exemplo, um dos Procedimentos de Auditoria, que é a Indagação - consiste na busca de informações junto a pessoas com conhecimento, dentro ou fora da entidade - ao qual é uma das maneiras do auditor coletar evidências de auditoria.

Além disso, seria interessante fazer um comparativo com as demais instituições filantrópicas da cidade de Tambaú e, também, focar no comprometimento, competência e conhecimento prévio dos colaboradores em relação a esses controles, já que seu sucesso depende muito de quem os opera.

Destarte, conclui-se que os controles internos aplicados na Santa Casa de Tambaú são relevantes e eficientes, contudo, ainda há o que evoluir para que passem a ser mais eficazes e possam contribuir, cada vez mais, para a alavancagem da mesma.

### **3.2 AVALIAÇÃO DE EMPRESAS**

O processo de avaliação de uma empresa envolve a busca do valor econômico, ou seja, um valor que expresse o potencial futuro de geração de riqueza da empresa. Onde segundo MARTINEZ (1999), não existe um valor comercial "exato". Esse valor deve ser especificado para uma finalidade específica, levando em consideração as perspectivas das partes da transação. Além disso, é complementado pela justificativa de quaisquer ideias que o analista traga ao processo de avaliação para inclusão no "valor".

Contudo, algumas metodologias para avaliação especializada de empresas são necessárias, pois são importantes para uma avaliação de valor, auxílio em tomadas de

decisões financeiras de investimentos, financiamentos e dividendos, em possíveis aquisições, vendas, fusões e cisões, aberturas de capitais e ferramentas de gestão.

### 3.2.1 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE EMPRESAS

Diversos são os métodos de avaliação de empresas e estes devem ser utilizados para uma maior exatidão na análise, cada um com suas vantagens e desvantagens e a escolha do método mais adequado depende do tipo de empresa e do objetivo da avaliação.

Entre os métodos mais comuns de avaliação de empresas está o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), conforme informado por Reis (2017) e segundo esclarece Materlanc, Pasin e Cavalcante (2005), FCD é baseado no conceito de montante e prazo de liberação dos fluxos de caixa operacionais aos detentores de capital, portanto, pode-se inferir que o valor da empresa é medido pela riqueza que o empreendimento pode gerar no futuro e o valor presente é levado para analisar o tempo e o risco associado ao investimento.

Para a construção do Fluxo de Caixa, o mesmo toma como base a utilização de dados do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício e ambas as informações foram concedidas pela empresa em questão.

No que se refere ao Balanço Patrimonial, segundo o Grupo Cpcon (2022) a principal função deste é fornecer um quadro preciso da contabilidade e situação financeira da empresa em um certo período, normalmente esse balanço demora cerca de 12 meses para ser realizado, por conta de sua complexidade e quantidade de aspectos a serem analisados.

Conforme observa-se abaixo, foram disponibilizados pelo escritório de contabilidade que presta serviços à empresa os dados referentes aos anos de 2018 até 2022:

Tabela do Ativo do Balanço Patrimonial

<b>ATIVO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b><u>708.378,15</u></b>	<b><u>881.909,23</u></b>	<b><u>946.958,38</u></b>	<b><u>581.424,22</u></b>	<b><u>810.030,62</u></b>
<b>Disponível</b>	<b><u>482.958,77</u></b>	<b><u>609.860,62</u></b>	<b><u>614.744,39</u></b>	<b><u>252.981,83</u></b>	<b><u>555.615,90</u></b>
Caixa	14.883,70	949,05	390,41	5.710,99	3.081,90
Cheques a Compensar	0,00	0,00	214.000,00	221.000,00	
Bancos c/ Movimento	123,76	1.677,55	303,66	13.124,34	3.493,44
Aplicações de Liquidez Imediata	467.951,31	607.234,02	400.050,32	13.146,50	549.040,56
<b>Créditos a Receber</b>	<b><u>62.510,99</u></b>	<b><u>65.214,33</u></b>	<b><u>76.867,00</u></b>	<b><u>92.188,76</u></b>	<b><u>88.841,23</u></b>
Convênios Diversos a Receber	62.510,99	65.214,33	76.867,00	92.188,76	88.841,23
<b>Adiantamentos Diversos</b>	<b><u>7.786,74</u></b>	<b><u>16.418,57</u></b>	<b><u>24.779,61</u></b>	<b><u>23.027,46</u></b>	<b><u>18.156,90</u></b>

Adiantamentos Divs a Receber	7.786,74	16.418,57	24.779,61	23.027,46	18.156,90
<b>Estoques</b>	<b><u>155.121,65</u></b>	<b><u>190.415,71</u></b>	<b><u>228.281,92</u></b>	<b><u>210.940,71</u></b>	<b><u>145.318,28</u></b>
Estoques	155.121,65	190.415,71	228.281,92	210.940,71	145.318,28
<b>Impostos a Compensar</b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>2.285,46</u></b>	<b><u>2.285,46</u></b>	<b><u>2.098,31</u></b>
IRRF a Compensar			1.190,17	1.190,17	1.190,17
Contribuições a Compensar			950,97	950,97	863,14
IRRF a Compensar 1708			45,00	45,00	45,00
IRRF A Compensar 0561			99,32	99,32	
<b>Ativo não Circulante</b>	<b><u>1.529.561,89</u></b>	<b><u>1.656.751,13</u></b>	<b><u>1.660.461,99</u></b>	<b><u>1.539.036,73</u></b>	<b><u>1.631.815,78</u></b>
<b>Valores Realizáveis a L.Prazo</b>	<b><u>1.529.561,89</u></b>	<b><u>1.656.751,13</u></b>	<b><u>1.660.461,99</u></b>	<b><u>1.539.036,73</u></b>	<b><u>1.631.815,78</u></b>
<b>Bloqueio Judicial</b>	25.175,27	27.715,10	21.041,64	8.064,64	0,00
Bloqueio Judicial	25.175,27	27.715,10	21.041,64	8.064,64	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b><u>1.504.386,62</u></b>	<b><u>1.629.036,03</u></b>	<b><u>1.639.420,35</u></b>	<b><u>1.530.972,09</u></b>	<b><u>1.631.815,78</u></b>
Edifícios e Construções	2.307.215,70	2.307.215,70	2.307.215,70	2.307.215,70	2.285.852,89
Instrumentos Cirúrgicos	9.108,60	9.108,60	9.108,60	9.108,60	9.108,60
Móveis e Utensílios	172.956,25	154.100,25	149.828,51	122.763,66	100.628,59
Maq.Equiptos Hospitalares	919.148,71	919.148,71	789.591,65	575.069,56	575.069,56
Máquinas e Equipamentos	12.275,75	12.275,75	9.859,35	9.859,35	9.859,35
Aparelhos Eletrônicos	5.995,50	5.995,50	5.995,50	5.995,50	5.995,50
Computadores e Periféricos	37.373,02	37.373,02	37.373,02	32.658,59	25.814,12
Equip de Telecomunicação	660,00	660,00	660,00	660,00	660,00
Equipamentos de Segurança	7.187,00	7.187,00	7.187,00	7.187,00	7.187,00
			0,00	0,00	16.247,35
(-) Depreciação Acumulada	-1.967.533,91	-1.824.028,50	-1.677.398,98	-1.539.545,87	-1.404.607,18
<b>Intangível</b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>	<b><u>0,00</u></b>
Programa de Computador	4.083,50	4.083,50	4.083,50	4.083,50	4.083,50
(-) Amortização Intangível	-4.083,50	-4.083,50	-4.083,50	-4.083,50	-4.083,50
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>2.237.940,04</u></b>	<b><u>2.538.660,36</u></b>	<b><u>2.607.420,37</u></b>	<b><u>2.120.460,95</u></b>	<b><u>2.441.846,40</u></b>

Fonte: Autores, 2023

Tabela do Passivo do Balanço Patrimonial

PASSIVO	2022	2021	2020	2019	2018
<b>Passivo Circulante</b>	<b><u>817.147,45</u></b>	<b><u>872.193,29</u></b>	<b><u>6.557.955,33</u></b>	<b><u>8.367.341,33</u></b>	<b><u>8.373.655,16</u></b>
Fornecedores	65.657,61	71.444,83	78.751,53	86.236,97	73.345,37
Salários a Pagar e Encargos	16.283,85	43.673,85	100.902,32	285.755,39	372.418,12

Provisões de Férias e Encargos	198.366,72	129.962,05	280.381,04	237.354,80	214.112,19
Impostos e Encargos a Parcelar	0,00	9.833,19	5.427.322,06	7.524.451,37	7.271.736,99
Acordos e Processos Trabalhistas	72.668,16	82.300,00	175.029,98	219.000,00	156.677,05
Impostos Parcelados C.Prazo	352.811,04	150.888,95	114.608,34	14.542,80	18.040,14
Cheques a Compensar	0,00	0,00	65.277,30	0,00	53.494,54
Recursos de Convênios	111.360,07	384.090,42	315.682,76	-	213.830,76
<b>Subvenções a Realizar</b>	<b>264.623,74</b>	<b>288.584,94</b>	<b>325.168,70</b>	<b>153.896,75</b>	<b>186.007,62</b>
Subvenções a Realizar	264.623,74	288.584,94	325.168,70	153.896,75	186.007,62
<b>Não Circulante</b>	<b>8.135.686,99</b>	<b>8.637.794,07</b>	<b>2.722.695,76</b>	<b>1.496.006,32</b>	<b>1.238.962,39</b>
Empréstimos a Longo Prazo	110.160,00	110.160,00	110.160,00	110.160,00	110.160,00
Parcelamentos Impostos L. Prazo	4.721.304,43	2.110.829,01	2.243.719,38	731.427,11	710.384,32
Provisão p/ Processos a Pagar	3.275.424,79	919.245,23	285.435,28	510.435,28	294.792,96
Processos Trabalhistas a Pagar	28.797,77	9.081,10	83.381,10	143.983,93	123.625,11
Impostos a Parcelar Longo Prazo	-	5.488.478,73	- 6.998.399,42	- 7.896.783,45	- 7.356.778,77
<b>Patrimônio Líquido/Patrimônio Social</b>	<b>- 6.979.518,14</b>	<b>- 7.259.911,94</b>	<b>1.018.416,00</b>	<b>1.091.160,00</b>	<b>1.163.904,00</b>
Reserva de Reavaliação de Imóveis	872.928,00	945.672,00	145.767,09	159.805,09	159.805,09
Ajustes Exercícios Anteriores	-	-	2.700,00	2.700,00	2.700,00
Reserva de Capital	2.700,00	2.700,00			
<b>Superávit/Déficit</b>					
Déficit Acumulado	- 7.855.146,14	- 8.208.283,94	-9.150.448,54	-9.150.448,54	-8.683.187,86
Superávit Acumulado			985.166,03		
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.237.940,04</b>	<b>2.538.660,36</b>	<b>2.607.420,37</b>	<b>2.120.460,95</b>	<b>2.441.846,40</b>

Fonte: Autores, 2023

Já em relação à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), conforme explica Torres (2022), a D.R.E é um relatório contábil que evidencia se as operações de uma empresa estão gerando lucro ou prejuízo, considerando um determinado período de tempo, onde confronta os dados das receitas e das despesas do negócio, mostrando o resultado líquido do seu desempenho e detalhando a real situação operacional de um negócio.

Do mesmo modo em que ocorreu com o Balanço Patrimonial, foram disponibilizadas as relações das DRE's de 2018 até 2022:

Tabela da Demonstração do Resultado do Exercício

RECEITA	2022	2021	2020	2019	2018
---------	------	------	------	------	------

<b>Receitas Operacionais</b>					
Ordinária					
Mensalidade de Sócios	160,00	11.437,68	15.005,00	21.970,00	22.674,50
	<b>160,00</b>	<b>11.437,68</b>	<b>15.005,00</b>	<b>21.970,00</b>	<b>22.674,50</b>
Extraordinária					
Receita Aluguéis	64.503,95	65.659,08	56.199,56	27.807,75	28.081,00
Doações em valores e outras	63.705,75	215.600,10	141.410,22	88.544,02	49.237,27
Repasses Cartoriais e Judiciais	-	8.015,37	-	1.599,54	22.480,98
Participação Judicial	9.109,07	23.867,80	13.703,25	14.725,86	1.236,85
Receitas Diversas	71.668,01	10.484,00	20.129,79	22.152,71	39.059,30
Receita Redução Juros e Multa Pacto Excepcional	2.704.889,23	-	653.864,07	-	-
	<b>2.913.876,01</b>	<b>323.626,35</b>	<b>885.306,89</b>	<b>154.829,88</b>	<b>140.095,40</b>
Convênios					
Convênio SUS	-	-	580.131,84	591.131,84	574.131,84
Pacientes Particulares	78.064,90	62.622,65	26.637,41	38.754,68	45.796,94
Convênio Unimed	189.318,22	100.646,93	142.699,80	180.449,81	118.158,65
Convênio São Francisco	58.591,41	48.223,35	76.392,63	72.057,04	48.706,28
IAC	-	-	239.208,12	239.208,12	259.142,13
Unimed Locação	144.428,22	124.859,64	134.253,68	129.531,32	120.000,00
São Francisco Locação	53.587,20	19.656,00	25.552,80	23.587,20	23.587,20
Glosa de Receitas	-	-	-	(92.699,78)	(979,90)
Univida	2.278,18	1.701,87	-	-	-
	<b>526.268,13</b>	<b>357.710,44</b>	<b>1.224.876,28</b>	<b>1.182.020,23</b>	<b>1.188.543,14</b>
Auxílios e Subvenções					
Prefeitura Tambaú Lei 2.903 Centro Saúde	1.632.525,35	978.086,99	655.192,68	730.064,50	816.110,00
Prefeitura Tambaú Lei 2.964 Pronto Socorro	-	4.650.011,96	4.044.272,70	3.700.877,84	3.590.348,62
Prefeitura Tambaú Recursos Municipais	3.641.945,90	1.876.390,17	1.566.075,71	1.240.305,68	1.151.558,14
Prefeitura Tambaú Lei 3.041	-	-	-	-	100.000,00
Subvenção Federal média e alta complexidade	-	-	-	14.038,00	-
Prefeitura Tambaú Lei 3.217	-	-	384.640,70	-	-
Prefeitura Tambaú Lei 3.234	-	-	551.868,16	-	-
Prefeitura Tambaú Portaria 3.339	-	-	14.029,86	-	-
Prefeitura Tambaú Portaria 1.448	-	-	17.126,85	-	-
Subvenção FAEC Portaria 2.735	-	-	5.913,11	-	-

Subvenção Lei 3332 Gripario	-	1.852.895,65	-	-	-
Termo Aditivo Convênio 02/2021 Lei 3405	-	512.268,81	-	-	-
Termo de Convênio 04/2021	90.264,00	36.482,00	-	-	-
Subvenção Lei 3298 SUS/SUS IAC	730.265,09	733.044,68	-	-	-
Subvenção Lei 3299	-	124.521,54	-	-	-
Prefeitura Tambaú Termo Convênio 05/2021 Ginecologia	44.228,56	-	-	-	-
Consórcio Conderg	40.005,41	-	-	-	-
Associação Santa Rita P. Quatro	5.649,69	-	-	-	-
	<b>6.184.884,00</b>	<b>10.763.701,80</b>	<b>7.239.119,77</b>	<b>5.685.286,02</b>	<b>5.658.016,76</b>
<u>Outras Receitas</u>					
Receitas de Subvenções	23.961,20	36.583,76	38.594,05	32.110,87	32.118,87
Receita de Reserva de Reavaliação	72.744,00	72.744,00	72.744,00	72.744,00	72.744,00
Receita de Gratuidades e Isenções	891.545,85	1.349.075,13	704.417,95	793.282,21	725.018,04
	<b>988.251,05</b>	<b>1.458.402,89</b>	<b>815.756,00</b>	<b>898.137,08</b>	<b>829.880,91</b>
Receita Financeira					
Rendimentos de Aplicações Financeiras	29.337,43	5.125,65	6.048,76	21.264,14	26.096,82
Juros Recebidos	-	37,82	-	-	-
	<b>29.337,43</b>	<b>5.163,47</b>	<b>6.048,76</b>	<b>21.264,14</b>	<b>26.096,82</b>
<u>Descontos Obtidos</u>					
Descontos Obtidos	-	-	570,72	87,03	2.257,84
	=	=	<b>570,72</b>	<b>87,03</b>	<b>2.257,84</b>
<u>Deduções de Receitas</u>					
Glosa de Receitas	(24.920,34)	-	-	-	-
	<b>(24.920,34)</b>				
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>10.617.856,28</b>	<b>12.920.042,63</b>	<b>10.186.683,42</b>	<b>7.963.594,38</b>	<b>7.867.565,37</b>

Fonte: Autores, 2023

Um outro método de análise é através da construção de projeções tanto do Balanço Patrimonial, quanto da DRE, onde, através de dados calculados por projeções da taxa SELIC e do IPCA, podem ser efetuados, utilizando dados do Boletim Focus, conforme informado por (LIRA, 2023), onde os valores são respectivamente para os anos de 2023, 2024, 2025, 2026 os de 12,5%, 10%, 9% e 8,75% para a taxa Selic, enquanto a taxa para o IPCA percorre os valores de 6,01%, 4,18%, 4%, 4%, respectivamente, com a projeção para o ano de 2027 sendo mantida a do ano anterior,.

Subsequente, foi efetuado a tabela de projeção para a empresa analisada, com os valores de Selic para a projeção do Balanço Patrimonial e para a DRE, enquanto as



projeções do IPCA foram utilizadas para o Fluxo de Caixa nas contas de financiamento e de investimentos, onde a mesma foi efetuada com base nos dados do ano de 2022, visando provisões e despesas atuais.

Tabela da Projeção da Demonstração do Resultado do Exercício

<b>RECEITA</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
<b>Receitas Operacionais</b>						
Ordinária						
Mensalidade de Sócios	160,00	169,62	176,71	183,77	191,13	198,77
	<b>160,00</b>	169,62	176,71	183,77	191,13	198,77
Extraordinária						
Receita Aluguéis	64.503,95	68.380,64	71.238,95	74.088,51	77.052,05	80.134,13
Doações em valores e outras	63.705,75	67.534,47	70.357,41	73.171,70	76.098,57	79.142,51
Repasses Cartoriais e Judiciais	-	-	-	-	-	-
Participação Judicial	9.109,07	9.656,53	10.060,17	10.462,57	10.881,08	11.316,32
Receitas Diversas	71.668,01	75.975,26	79.151,02	82.317,06	85.609,75	89.034,14
Receita Redução Juros e Multa Pacto Excepcional	2.704.889,23	2.867.453,07	2.987.312,61	3.106.805,12	3.231.077,32	3.360.320,41
	<b>2.913.876,01</b>	3.088.999,96	3.218.120,16	3.346.844,96	3.480.718,76	3.619.947,51
Convênios						
Convênio SUS	-	-	-	-	-	-
Pacientes Particulares	78.064,90	82.756,60	86.215,83	89.664,46	93.251,04	96.981,08
Convênio Unimed	189.318,22	200.696,25	209.085,35	217.448,76	226.146,71	235.192,58
Convênio São Francisco	58.591,41	62.112,75	64.709,07	67.297,43	69.989,33	72.788,90
IAC	-	-	-	-	-	-
Unimed Locação	144.428,22	153.108,36	159.508,29	165.888,62	172.524,16	179.425,13
São Francisco Locação	53.587,20	56.807,79	59.182,36	61.549,65	64.011,64	66.572,10
Glosa de Receitas	-	-	-	-	-	-
Univida	2.278,18	2.415,10	2.516,05	2.616,69	2.721,36	2.830,21
	<b>526.268,13</b>	557.896,84	581.216,93	604.465,61	628.644,23	653.790,00
Auxílios e Subvenções						
Prefeitura Tambaú Lei 2.903 Centro Saúde	1.632.525,35	1.730.640,12	1.802.980,88	1.875.100,12	1.950.104,12	2.028.108,29
Prefeitura Tambaú Lei 2.964 Pronto Socorro	-	-	-	-	-	-
Prefeitura Tambaú Recursos Municipais	3.641.945,90	3.860.826,85	4.022.209,41	4.183.097,79	4.350.421,70	4.524.438,57

Termo de Convênio 04/2021	90.264,00	95.688,87	99.688,66	103.676,21	107.823,26	112.136,19
Subvenção Lei 3298 SUS/SUS IAC	730.265,09	774.154,02	806.513,66	838.774,21	872.325,17	907.218,18
Subvenção Lei 3299	-	-	-	-	-	-
Prefeitura Tambaú Termo Convênio 05/2021 Ginecologia	44.228,56	46.886,70	48.846,56	50.800,42	52.832,44	54.945,74
Consórcio Conderg	40.005,41	42.409,74	44.182,46	45.949,76	47.787,75	49.699,26
Associação União Santa Rita P. Quatro	5.649,69	5.989,24	6.239,59	6.489,17	6.748,74	7.018,69
	<b>6.184.884,00</b>	6.556.595,53	6.830.661,22	7.103.887,67	7.388.043,18	7.683.564,90
<u>Outras Receitas</u>						
Receitas de Subvenções	23.961,20	25.401,27	26.463,04	27.521,56	28.622,43	29.767,32
Receita de Reserva de Reavaliação	72.744,00	77.115,91	80.339,36	83.552,93	86.895,05	90.370,85
Receita de Gratuidades e Isenções	891.545,85	945.127,76	984.634,10	1.024.019,46	1.064.980,24	1.107.579,45
	<b>988.251,05</b>	1.047.644,94	1.091.436,50	1.135.093,96	1.180.497,71	1.227.717,62
Receita Financeira		-	-	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	29.337,43	31.100,61	32.400,62	33.696,64	35.044,51	36.446,29
Juros Recebidos	-	-	-	-	-	-
	<b>29.337,43</b>	31.100,61	32.400,62	33.696,64	35.044,51	36.446,29
<u>Descontos Obtidos</u>	-	-	-	-	-	-
Descontos Obtidos	-	-	-	-	-	-
<u>Deduções de Receitas</u>						
Glosa de Receitas	(24.920,34)	(26.418,05)	(27.522,33)	(28.623,22)	(29.768,15)	(30.958,87)
	<b>(24.920,34)</b>	(26.418,05)	(27.522,33)	(28.623,22)	(29.768,15)	(30.958,87)
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>10.617.856, 28</b>	<b>11.255.98 9,44</b>	<b>11.726.489, 80</b>	<b>12.195.54 9,39</b>	<b>12.683.37 1,37</b>	<b>13.190.70 6,22</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
<b>Despesas Operacionais</b>						
<b>Despesas c/ Pessoal</b>						
Salários e Ordenados	1.711.370,65	1.814.224,03	1.890.058,59	1.965.660,93	2.044.287,37	2.126.058,87
Encargos Trabalhistas	302.974,88	321.183,67	334.609,15	347.993,51	361.913,25	376.389,78
	<b>2.014.345,53</b>	2.135.407,70	2.224.667,74	2.313.654,45	2.406.200,63	2.502.448,65
<b>Materiais</b>						
Medicamentos,Higiene , Mat.Hospitalar e Reagentes	425.480,39	451.051,76	469.905,73	488.701,95	508.250,03	528.580,03

Gêneros alimentícios, Gás de Cozinha e Descartáveis	80.661,38	85.509,13	89.083,41	92.646,75	96.352,62	100.206,72
Impressos, Mat. Expediente e Mat. Escrit e Mat. de Cozinha	19.189,39	20.342,67	21.193,00	22.040,72	22.922,34	23.839,24
Uniformes e Enxovais	26.462,52	28.052,92	29.225,53	30.394,55	31.610,33	32.874,75
Bens de Natureza Permanente	4.070,14	4.314,76	4.495,11	4.674,92	4.861,91	5.056,39
	<b>555.863,82</b>	589.271,24	613.902,77	638.458,88	663.997,24	690.557,13
<b>Despesas Gerais</b>						
Energia elétrica	106.347,04	112.738,50	117.450,97	122.149,00	127.034,97	132.116,36
Telefones, Internet Jornais Revistas e taxas postais	2.017,85	2.139,12	2.228,54	2.317,68	2.410,39	2.506,80
Depreciações	143.505,41	152.130,09	158.489,12	164.828,69	171.421,84	178.278,71
Manutenção e Reparos	38.671,55	40.995,71	42.709,33	44.417,70	46.194,41	48.042,19
Material de Limpeza / Lavanderia	35.359,78	37.484,90	39.051,77	40.613,84	42.238,40	43.927,93
Honorários Médicos Pessoa Jurídica	3.393.344,24	3.597.284,23	3.747.650,71	3.897.556,74	4.053.459,01	4.215.597,37
Honorários Médicos Pessoa Física	-	-	-	-	-	-
Processos Trabalhistas, Civil	2.544.367,16	2.697.283,63	2.810.030,08	2.922.431,29	3.039.328,54	3.160.901,68
Associações de Classe	-	-	-	-	-	-
Serviços Prestados PJ	222.290,56	235.650,22	245.500,40	255.320,42	265.533,23	276.154,56
Despesas com Realização de Eventos	21.255,06	22.532,49	23.474,35	24.413,32	25.389,85	26.405,45
Viagens Estadias e Fretes	10.502,39	11.133,58	11.598,97	12.062,93	12.545,44	13.047,26
Impostos e Taxas	-	-	-	-	-	-
Cartorárias legais e Judiciais	343,97	364,64	379,88	395,08	410,88	427,32
Oxigênio	139.783,60	148.184,59	154.378,71	160.553,86	166.976,01	173.655,05
Loações Santa Casa	18.874,17	20.008,51	20.844,86	21.678,66	22.545,80	23.447,64
Material de Segurança EPI	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Operacionais	11.756,88	12.463,47	12.984,44	13.503,82	14.043,97	14.605,73
	6.688.419,66	7.090.393,68	7.386.772,14	7.682.243,02	7.989.532,74	8.309.114,05
<b>Despesas com Gratuidades e Isenções</b>						
Despesas com Gratuidades e Isenções	891.545,85	945.127,76	984.634,10	1.024.019,46	1.064.980,24	1.107.579,45
	<b>891.545,85</b>	945.127,76	984.634,10	1.024.019,46	1.064.980,24	1.107.579,45
<b>Despesas Financeiras</b>		-	-	-	-	-
Despesas Bancárias	8.646,74	9.166,41	9.549,56	9.931,55	10.328,81	10.741,96

Juros e Comissões Bancárias e Diversas	100.373,62	106.406,07	110.853,85	115.288,00	119.899,52	124.695,50
	<b>109.020,36</b>	115.572,48	120.403,41	125.219,55	130.228,33	135.437,47
<b>Despesas Tributárias</b>						
Impostos e Taxas	1.275,85	1.352,53	1.409,06	1.465,43	1.524,04	1.585,01
Taxas Estaduais e Municipais	4.247,41	4.502,68	4.690,89	4.878,53	5.073,67	5.276,61
Despesas Indedutíveis	-	-	-	-	-	-
Fundes	-	-	-	-	-	-
	<b>5.523,26</b>	5.855,21	6.099,96	6.343,95	6.597,71	6.861,62
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>10.264.718,48</b>	<b>10.881.628,06</b>	<b>11.336.480,11</b>	<b>11.789.939,32</b>	<b>12.261.536,89</b>	<b>12.751.998,37</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>353.137,80</b>	<b>374.361,38</b>	<b>390.009,69</b>	<b>405.610,08</b>	<b>421.834,48</b>	<b>438.707,86</b>

Fonte: Autores, 2023

Além da projeção da Demonstração do Resultado, é possível efetuar o cálculo da projeção dos dados do Balanço Patrimonial, seguindo os processos utilizados anteriormente, conforme se sucede abaixo:

Tabela da Projeção dos Ativos do Balanço Patrimonial

ATIVO	2022	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Ativo Circulante</b>	<b>708.378,15</b>	<b>796.925,42</b>	<b>876.617,96</b>	<b>955.513,58</b>	<b>1.039.121,02</b>	<b>1.130.044,10</b>
<b>Disponível</b>	<b>482.958,77</b>	<b>543.328,62</b>	<b>597.661,48</b>	<b>651.451,01</b>	<b>708.452,97</b>	<b>770.442,61</b>
Caixa	14.883,70	16.744,16	18.418,58	20.076,25	21.832,92	23.743,30
Cheques a Compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bancos c/ Movimento	123,76	139,23	153,15	166,94	181,54	197,43
Aplicações de Liquidez Imediata	467.951,31	526.445,22	579.089,75	631.207,82	686.438,51	746.501,88
<b>Créditos a Receber</b>	<b>62.510,99</b>	70.324,86	77.357,35	84.319,51	91.697,47	99.721,00
Convênios Diversos a Receber	62.510,99	70.324,86	77.357,35	84.319,51	91.697,47	99.721,00
<b>Adiantamentos Diversos</b>	<b>7.786,74</b>	8.760,08	9.636,09	10.503,34	11.422,38	12.421,84
Adiantamentos Divs a Receber	7.786,74	8.760,08	9.636,09	10.503,34	11.422,38	12.421,84
<b>Estoques</b>	<b>155.121,65</b>	174.511,86	191.963,04	209.239,72	227.548,19	247.458,66
Estoques	155.121,65	174.511,86	191.963,04	209.239,72	227.548,19	247.458,66
<b>Ativo não Circulante</b>	<b>1.529.561,89</b>	<b>1.720.757,13</b>	<b>1.892.832,84</b>	<b>2.063.187,79</b>	<b>2.243.716,73</b>	<b>2.440.041,94</b>
<b>Valores Realizáveis a L.Prazo</b>	<b>1.529.561,89</b>	<b>1.720.757,13</b>	<b>1.892.832,84</b>	<b>2.063.187,79</b>	<b>2.243.716,73</b>	<b>2.440.041,94</b>
<b>Bloqueio Judicial</b>	25.175,27	28.322,18	31.154,40	33.958,29	36.929,64	40.160,99
Bloqueio Judicial	25.175,27	28.322,18	31.154,40	33.958,29	36.929,64	40.160,99
<b>Imobilizado</b>	<b>1.504.386,62</b>	<b>1.692.434,95</b>	<b>1.861.678,44</b>	<b>2.029.229,50</b>	<b>2.206.787,08</b>	<b>2.399.880,95</b>
Edifícios e Construções	2.307.215,70	2.595.617,66	2.855.179,43	3.112.145,58	3.384.458,32	3.680.598,42

Instrumentos Cirúrgicos	9.108,60	10.247,18	11.271,89	12.286,36	13.361,42	14.530,54
Moveis e Utensílios	172.956,25	194.575,78	214.033,36	233.296,36	253.709,79	275.909,40
Maq.EQUIPOS Hospitalares	919.148,71	1.034.042,30	1.137.446,53	1.239.816,72	1.348.300,68	1.466.276,99
Máquinas e Equipamentos	12.275,75	13.810,22	15.191,24	16.558,45	18.007,32	19.582,96
Aparelhos Eletrônicos	5.995,50	6.744,94	7.419,43	8.087,18	8.794,81	9.564,35
Computadores e Periféricos	37.373,02	42.044,65	46.249,11	50.411,53	54.822,54	59.619,51
Equip de Telecomunicações	660,00	742,50	816,75	890,26	968,16	1.052,87
Equipamentos de Segurança	7.187,00	8.085,38	8.893,91	9.694,36	10.542,62	11.465,10
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Depreciação Acumulada	-1.967.533,91	-2.213.475,65	-2.434.823,21	-2.653.957,30	-2.886.178,57	-3.138.719,19
<b>Intangível</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Programa de Computador	4.083,50	4.593,94	5.053,33	5.508,13	5.990,09	6.514,23
(-) Amortização Intangível	-4.083,50	-4.593,94	-5.053,33	-5.508,13	-5.990,09	-6.514,23
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.237.940,04</b>	<b>2.517.682,55</b>	<b>2.769.450,80</b>	<b>3.018.701,37</b>	<b>3.282.837,74</b>	<b>3.570.086,04</b>

Fonte: Autores, 2023

Tabela da Projeção do Passivos do Balanço Patrimonial

PASSIVO	2022	2023	2024	2025	2026	2027
<b>Passivo Circulante</b>	<b>817.147,45</b>	<b>919.290,88</b>	<b>1.011.219,97</b>	<b>1.102.229,77</b>	<b>1.198.674,87</b>	<b>1.303.558,92</b>
Fornecedores	65.657,61	73.864,81	81.251,29	88.563,91	96.313,25	104.740,66
Salários a Pagar e Encargos	16.283,85	18.319,33	20.151,26	21.964,88	23.886,81	25.976,90
Provisões de Férias e Encargos	198.366,72	223.162,56	245.478,82	267.571,91	290.984,45	316.445,59
Impostos e Encargos a Parcelar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acordos e Processos Trabalhistas	72.668,16	81.751,68	89.926,85	98.020,26	106.597,04	115.924,28
Impostos Parcelados C.Prazo	352.811,04	396.912,42	436.603,66	475.897,99	517.539,07	562.823,73
Cheques a Compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Convênios	111.360,07	125.280,08	137.808,09	150.210,81	163.354,26	177.647,76
<b>Subvenções a Realizar</b>	<b>264.623,74</b>	<b>297.701,71</b>	<b>327.471,88</b>	<b>356.944,35</b>	<b>388.176,98</b>	<b>422.142,46</b>
Subvenções a Realizar	264.623,74	297.701,71	327.471,88	356.944,35	388.176,98	422.142,46
<b>Não Circulante</b>	<b>8.135.686,99</b>	<b>9.152.647,86</b>	<b>10.067.912,65</b>	<b>10.974.024,79</b>	<b>11.934.251,96</b>	<b>12.978.499,00</b>
Empréstimos a Longo Prazo	110.160,00	123.930,00	136.323,00	148.592,07	161.593,88	175.733,34
Parcelamentos Impostos L. Prazo	4.721.304,43	5.311.467,48	5.842.614,23	6.368.449,51	6.925.688,85	7.531.686,62
Provisão. p/ Processos. a Pagar	3.275.424,79	3.684.852,89	4.053.338,18	4.418.138,61	4.804.725,74	5.225.139,24
Processos Trabalhistas a Pagar	28.797,77	32.397,49	35.637,24	38.844,59	42.243,49	45.939,80
Impostos a Parcelar Longo Prazo	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Patrimônio Líquido/Patrimônio Social</b>	<b>6.979.518,14</b>	<b>7.851.957,91</b>	<b>- 8.637.153,70</b>	<b>- 9.414.497,53</b>	<b>10.238.266,07</b>	<b>11.134.114,35</b>

Reserva de Reavaliação de Imóveis	872.928,00	982.044,00	1.080.248,40	1.177.470,76	1.280.499,45	1.392.543,15
Ajustes Exercícios Anteriores	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Capital	2.700,00	3.037,50	3.341,25	3.641,96	3.960,63	4.307,19
<b>Superávit/Déficit</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit Acumulado	-7.855.146,14	-8.837.039,41	-9.720.743,35	-10.595.610,25	-11.522.726,15	-12.530.964,68
Superávit Acumulado		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>2.237.940,04</b>	<b>2.517.682,55</b>	<b>2.769.450,80</b>	<b>3.018.701,37</b>	<b>3.282.837,74</b>	<b>3.570.086,04</b>

Fonte: Autores, 2023

Com os dados referentes ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício e suas projeções, é possível verificar e obter os dados necessários para a construção do Fluxo de caixa e do EBITDA para uma análise estruturada.

### 3.2.2 MEDIDAS DE VALOR DE CAIXA E FLUXO DE CAIXA

Existem diversas medidas de valor de caixa e fluxo de caixa que podem ser utilizadas na avaliação de empresas. Alguns exemplos incluem o Valor Presente Líquido (VPL) e o Lucro Econômico.

Através dos dados obtidos tanto no Balanço Patrimonial quanto na Demonstração do Resultado do Exercício, é possível obter o cálculo do Fluxo de Caixa, o mesmo definido por Wainberg (2023) como o valor financeiro líquido do capital e seus equivalentes monetários que uma empresa negocia durante um determinado período de tempo, medindo as entradas e saídas de caixa de uma empresa e sendo o processo dividido em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Dessa forma, através dos dados informados pelo contador, o fluxo de caixa dos anos de 2018 ao ano de 2022 é o seguinte:

Tabela do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa da Atividade Operacional	2022	2021	2020	2019	2018
Lucro Líquido	353.137,80	- 204.639,30	985.166,03	- 467.260,68	- 396.360,15
( + ) Depreciação	143.505,41	146.629,52	137.853,11	134.938,69	141.880,23
( - ) Ajuste de Contas Patrimoniais	-	15.870,78	- 14.038,00	-	-
( + ) Reservas Patrimoniais	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00
Lucro Líquido Ajustado	423.899,21	- 114.883,00	1.036.237,14	- 405.065,99	- 327.223,92
( - ) Aumento de Clientes	2.703,34	11.652,67	15.321,76	- 3.347,53	- 32.143,83
( - ) Redução de Fornecedores	- 5.787,22	- 7.306,70	- 7.485,44	12.891,60	- 55.547,37

(+) Aumento de Imposto à pagar	- 9.833,19	5.417.488,87	2.097.129,31	252.714,38	153.464,22
(+) Aumento do IR e CSLL a pagar	-	-	-	-	-
(+) Aumento Outras Contas Passivo Não Circulante	- 502.107,08	5.915.098,31	1.226.689,44	257.043,93	423.353,85
(+) Redução Outras Contas Ativo Circulante	43.925,89	48.512,71	- 19.093,36	- 70.680,14	32.559,44
(+) Redução Outras Contas Ativo Não Circulante	2.539,83	- 6.673,46	- 12.977,00	- 8.064,64	-
(-) Redução Outras Contas Passivo Circulante	- 63.386,63	- 297.550,23	466.500,70	- 304.030,68	95.235,91
(+) Aumento de Ajustes Exercícios Futuros	-	-	-	-	-
(=) Caixa Líquido da Atividade Operacional = Caixa mais Aplicações financeiras	- 108.045,85	131.361,43	608.063,93	- 268.539,07	289.698,30
(-) Diminuição Aplicações Financeiras	139.282,71	- 207.183,70	- 386.903,82	535.894,06	- 277.415,48
<b>Fluxo de Caixa da Atividade de Investimento</b>					
(-) Aumento do Ativo Permanente	<b>- 18.856,00</b>	<b>- 136.245,20</b>	<b>- 246.301,37</b>	<b>- 34.095,00</b>	<b>- 14.237,12</b>
<b>Fluxo de Caixa da Atividade de Financiamento</b>					
<b>(=) Variação do Caixa e Equivalente</b>	<b>12.380,86</b>	<b>- 212.067,47</b>	<b>- 25.141,26</b>	<b>233.259,99</b>	<b>- 1.954,30</b>
<b>Saldo Inicial Caixa / Equivalente</b>	<b>2.626,60</b>	<b>214.694,07</b>	<b>239.835,33</b>	<b>6.575,34</b>	<b>8.529,64</b>
<b>Saldo Final Caixa / Equivalente</b>	<b>15.007,46</b>	<b>2.626,60</b>	<b>214.694,07</b>	<b>239.835,33</b>	<b>6.575,34</b>
Variação da Conta Caixa / Equivalente	<b>12.380,86</b>	<b>- 212.067,47</b>	<b>- 25.141,26</b>	<b>233.259,99</b>	<b>- 1.954,30</b>

Fonte: Autores, 2023

Com os dados de cálculos é possível efetuar uma projeção, com o uso das taxas já utilizadas para a projeção do Balanço e da Demonstração do Resultado do Exercício, levando em consideração a taxa do IPCA para os cálculos base e os cálculos de Investimentos e Financiamentos utilizando os dados das projeções da Selic:

Tabela de Projeção do Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa da Atividade Operacional Projetado	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Lucro Líquido	353.137,80	374.361,38	390.009,69	405.610,08	421.834,48	438.707,86
(+) Depreciação	143.505,41	152.130,09	158.489,12	164.828,69	171.421,84	178.278,71
(-) Ajuste de Contas Patrimoniais	-					

( + ) Reservas Patrimoniais	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00	- 72.744,00
Lucro Líquido Ajustado	423.899,21	453.747,47	475.754,81	497.694,76	520.512,31	544.242,57
( - ) Aumento de Clientes	2.703,34	3.756,91	2.770,00	2.761,52	2.871,98	2.986,86
( - ) Redução de Fornecedores	- 5.787,22	- 3.946,02	- 2.909,43	- 2.900,52	- 3.016,54	- 3.137,21
( + ) Aumento de Imposto à pagar	- 9.833,19	-	-	-	-	-
( + ) Aumento do IR e CSLL à pagar	-	-	-	-	-	-
( + ) Aumento Outras Contas Passivo Não Circulante	502.107,08	488.954,79	- 360.510,03	359.406,07	- 373.782,32	388.733,61
( + ) Redução Outras Contas Ativo Circulante	43.925,89	- 9.790,79	- 7.218,83	- 7.196,72	- 7.484,59	- 7.783,97
( + ) Redução Outras Contas Ativo Não Circulante	2.539,83	1.513,03	1.115,57	1.112,15	1.156,64	1.202,91
( - ) Redução Outras Contas Passivo Circulante	- 63.386,63	- 61.068,43	- 45.026,21	- 44.888,33	- 46.683,86	- 48.551,22
( + ) Aumento de Ajustes Exercícios Futuros	-	-	-	-	-	-
( = ) Caixa Líquido da Atividade Operacional = Caixa mais Aplicações financeiras	108.045,85	104.742,62	63.975,89	87.176,79	93.573,62	100.226,33
( - ) Diminuição Aplicações Financeiras	139.282,71	28.123,87	30.936,26	33.720,52	36.671,07	39.879,79
<b>Fluxo de Caixa da Atividade de Investimento</b>						
( - ) Aumento do Ativo Permanente	- 18.856,00	- 10.394,67	- 7.664,07	- 7.640,60	- 7.946,22	- 8.264,07
<b>Fluxo de Caixa da Atividade de Financiamento</b>						
<b>( = ) Variação do Caixa e Equivalente</b>	<b>12.380,86</b>	<b>- 87.013,42</b>	<b>87.248,08</b>	<b>113.256,71</b>	<b>122.298,47</b>	<b>131.842,04</b>
<b>Saldo Inicial Caixa / Equivalente</b>	<b>2.626,60</b>	<b>15.007,46</b>	<b>- 102.020,88</b>	<b>189.268,96</b>	<b>-76.012,24</b>	<b>198.310,71</b>
<b>Saldo Final Caixa / Equivalente</b>	<b>15.007,46</b>	<b>102.020,88</b>	<b>189.268,96</b>	<b>- 76.012,24</b>	<b>198.310,71</b>	<b>- 66.468,67</b>
<b>Variação da Conta Caixa / Equivalente</b>	<b>12.380,86</b>	<b>- 87.013,42</b>	<b>87.248,08</b>	<b>113.256,71</b>	<b>122.298,47</b>	<b>131.842,04</b>

Fonte: Autores, 2023

O Valor Presente Líquido (VPL) é uma medida que calcula o valor presente de todos os fluxos de caixa futuros de um investimento, descontando esses fluxos de caixa a uma taxa de juros apropriada. De acordo com Brealey, Myers e Allen (2014), o VPL é amplamente utilizado na avaliação de projetos e empresas, pois leva em consideração o valor do dinheiro no tempo e é uma medida fácil de ser interpretada.



É importante ressaltar que a escolha da medida de valor de caixa e fluxo de caixa mais adequada para a avaliação de empresas pode variar dependendo do tipo de empresa, do setor em que atua e do objetivo da avaliação.

Com base nos dados obtidos pela projeção, foi efetuado o cálculo do Valor Presente Líquido, onde é possível analisar que mesmo onde o valor projetado tenha números mais atrativos, ao calcular com a consideração do dinheiro em tempo, obtém-se uma redução significativa.

Tabela de projeção do Fluxo de Caixa

<b>Fluxo de Caixa da Atividade Operacional Projetado Pela DRE E BP</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>2027</b>
Lucro Líquido	353.137,80	374.361,38	390.009,69	405.610,08	421.834,48	438.707,86
Lucro Líquido Ajustado	423.899,21	453.747,47	475.754,81	497.694,76	520.512,31	544.242,57
Operacional	- 108.045,85	- 104.742,62	63.975,89	87.176,79	93.573,62	100.226,33
Investimentos	139.282,71	28.123,87	30.936,26	33.720,52	36.671,07	39.879,79
Financiamento	- 18.856,00	- 10.394,67	- 7.664,07	- 7.640,60	- 7.946,22	- 8.264,07
Total	12.380,86	- 87.013,42	87.248,08	113.256,71	122.298,47	131.842,04
<b>VPL</b>	<b>12.380,86</b>	<b>- 77.345,26</b>	<b>72.105,85</b>	<b>87.454,96</b>	<b>87.438,75</b>	<b>86.677,74</b>

Fonte: Autores, 2023

O cálculo ocorre levando em consideração a taxa Selic, onde os cálculos utilizam a variação dos anos e o valor do ano atual.

Referente ao EBITDA, este é um indicador muito utilizado e que diz respeito ao lucro antes do juro, impostos, depreciação e amortização e que é uma forma de observar como está o desempenho financeiro geral de uma organização, deixando claro quanto ela está gerando de caixa com embasamento de suas atividades operacionais. Dessa forma, traz o resultado se a empresa está sendo produtiva, o que indica seu potencial para pagar suas contas e gerar caixa no futuro conforme Gudim (2021). Abaixo, segue a projeção efetuada:

Tabela de projeção do EBITDA e o EBITDA Descontado

<b>EBITDA Projetado</b>	635.925,92	554.615,34	579.435,07	604.159,29	629.927,38	656.866,35
<b>EBITDA</b>	635.925,92	492.991,41	478.871,96	466.521,82	450.374,12	431.847,78

<b>Descontado</b>						
-------------------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Autores, 2023

O EBITDA foi calculado referente a Projeção dos anos em análise e além disto foi calculado o valor descontado, trazendo os valores para o monetário atual com o cálculo utilizando a taxa Selic.

Levando em pauta que a empresa em análise se encontra no terceiro setor, é importante ser considerado a relevância da mesma e do setor em análise, que abrange instituições não governamentais que expressam a sociedade civil, organizada, atendendo o interesse público em diferentes áreas e segmentos:

(...) o Terceiro Setor é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade a práticas tradicionais de caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES (1997) apud LUCA (2008; p.23)).

Contudo, diferentemente de empresas com fins lucrativos, as organizações do terceiro setor muitas vezes dependem de doações e de recursos públicos para manter suas atividades em funcionamento. Por essa razão, é fundamental que essas empresas tenham um controle financeiro rigoroso para garantir que os recursos sejam utilizados da forma mais eficiente possível.

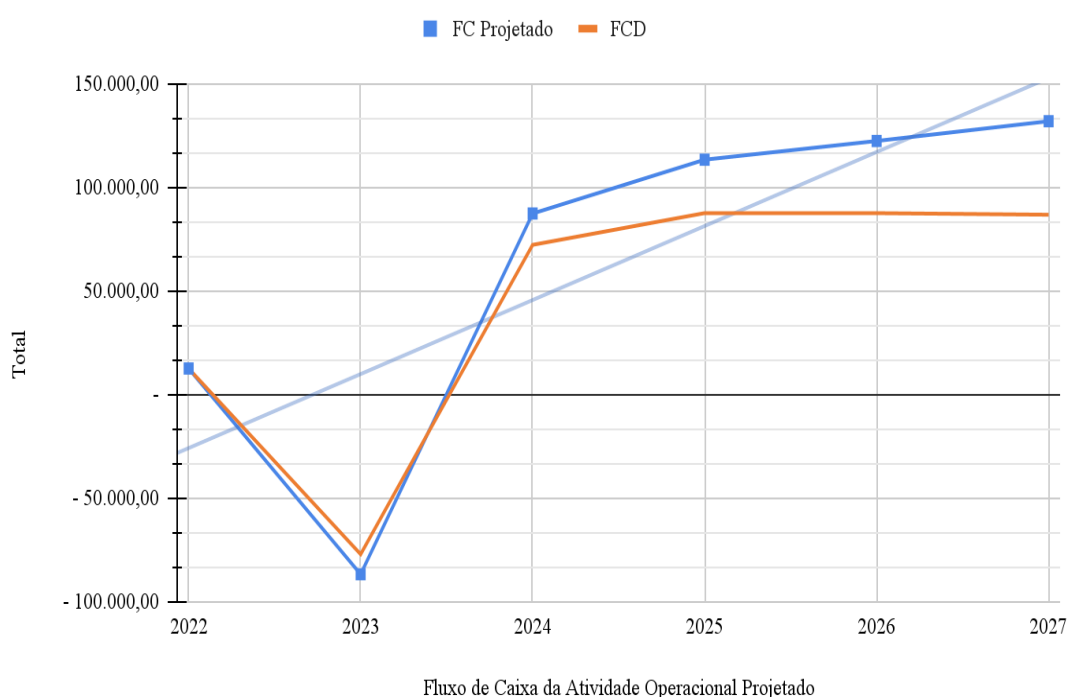
### **3.2.3 ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA**

A Análise do Fluxo de Caixa pode-se afirmar que é a observação do quanto a entidade gera de receita e o quanto ela gasta em um determinado período de tempo. Segundo Braga (1995) “Fluxo de Caixa é a estimativa dos fluxos de pagamentos e recebimentos, distribuídos durante a vida útil do projeto e constitui o ponto de partida do orçamento de capital”. Em outras palavras, o fluxo de caixa consiste em valores espalhados ao longo do tempo, que correspondem às saídas líquidas de caixa ou o investimento líquido e as entradas líquidas de caixa ou os benefícios monetários líquidos.

Através dos cálculos de projeção foi possível efetuar a análise dos valores do Fluxo de Caixa projetado e descontado e para facilitar a visualização foi efetuado o gráfico de linhas, onde é possível verificar que o Fluxo de Caixa descontado é de menor extensão.

## Tabela de projeção do Fluxo de Caixa e do valor Descontado

## Fluxo de Caixa da Atividade Operacional Projetado



Fonte: Autores, 2023

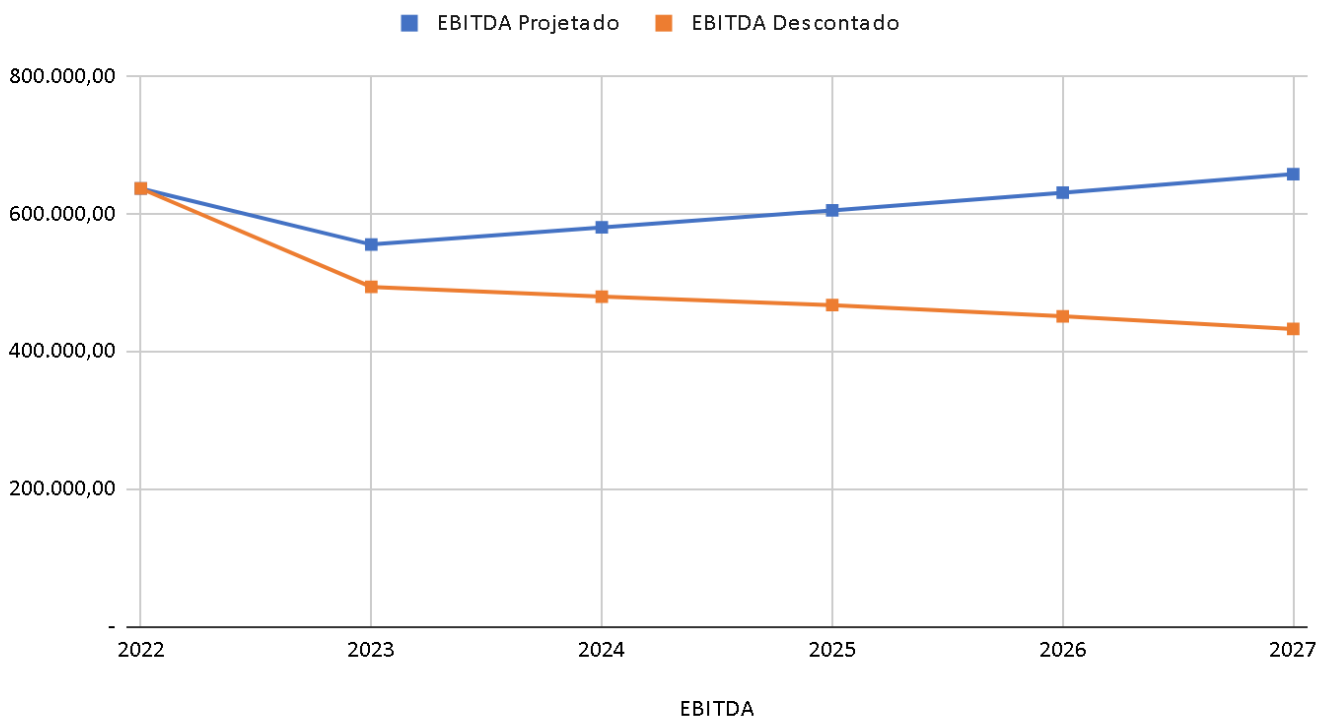
Com base nisto, foi possível verificar que referente aos anos anteriores que os valores de fechamento do fluxo de caixa eram voláteis, a projeção tende a estabilizar o crescimento, mesmo que o primeiro ano tenha uma queda por ser referente a um menor valor em investimentos, mas recuperando a taxa de crescimento nos próximos anos e finalizando cada período positivamente onde a taxa altera negativamente por conta dos investimentos, com um aumento de 200% para o ano de 2024, reduzindo a taxa para 29% e estabilizando em 7,5% para os próximos dois anos analisados, mas demonstrando uma queda no valor analisado.

Referente ao EBITDA, foi efetuado o gráfico de comparação entre o valor do EBITDA calculado pela Projeção e do EBITDA Projetado, onde é possível analisar que ao

transformar o valor calculado da projeção ao valor real, a visão de crescimento estável reduz, onde ao decorrer dos anos com valor da projeção da SELIC o valor não possui crescimento e sim redução não sendo benéfico para a empresa.

Gráfico de projeção do EBITDA Projetado e do EBITDA Descontado

### EBITDA Projetado e EBITDA Descontado



Fonte: Autores, 2023

Com a verificação dos valores ao serem calculados no valor monetário presente, a empresa não demonstra boa visualização para o futuro, não tendo taxas e indicadores de crescimento para os próximos anos, onde a estratégia deverá ser reanalisada, onde com base na projeção do Fluxo de Caixa, as operações de investimento devem receber uma atenção, juntamente com as operacionais, enquanto as de financiamento devem continuar com a queda de valores conforme projetado.

### 3.3 GESTÃO DE PESSOAS E ROTINAS TRABALHISTAS

Para melhor entendimento do tema do presente capítulo, Chiavenato (2014, p.11) define Gestão de Pessoas como o “conjunto integrado de atividades de especialistas e gestores – como agregar, aplicar, recompensar, desenvolver, manter e monitorar pessoas – no sentido de proporcionar competências e competitividade à organização”, ou seja, ela gere o capital humano das organizações.

No mesmo contexto, no entanto, explicando especificamente sobre as Rotinas Trabalhistas, entende-se que estas envolvem todo o processo de trabalho, a começar pela contratação, depois passando pelas regras contidas no ambiente laboral e chegando até às questões do desligamento do colaborador da empresa. Todo esse processo se encontra assegurado pela CLT - Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943), onde estão as normas que regulamentam as relações trabalhistas. Nesse sentido, surge o empregador que, ao contratar, passa a ter pessoas que prestam serviços sob sua responsabilidade (OLIVEIRA, 2007).

As práticas trabalhistas adotadas pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú são realizadas com base no Plano de Trabalho com vigência de janeiro a dezembro do mesmo ano, elaborado de acordo com o que é aprovado e permitido na câmara municipal pelos vereadores e o Conselho de Saúde. Dentro do plano há um item chamado Folha de Pagamento onde consta o valor dos repasses mensais como salários, insalubridade, férias, 13º, hora extra, adicional noturno e um quadro demonstrando a quantidade de colaboradores permitido e discriminado por função, que atualmente é totalizado por 62 trabalhadores.

Um dos setores mais importantes de uma instituição ou empresa a ser considerada é a área de Recursos Humanos. Pode-se definir como Departamento Pessoal a área que se engloba dentro do Setor de Recursos Humanos responsável por administrar os funcionários. Relação entre empregados e empregadores, dúvidas diárias, acompanhamentos de erros e omissões cometidas, seja pelo empregador ou empregado.

Conforme Carvalho (2000, p. 85): O DP, como é conhecido o departamento de pessoal, como parte integrante de Recursos Humanos, é o setor que executa as tarefas prescritas pelas leis, regulamentos e normas trabalhistas e previdenciárias, notadamente o registro, anotação e contabilidade dos principais fatos da vida do empregado na empresa, desde sua admissão até o seu desligamento.

Marras (2005, p. 190) resume as obrigações mais importantes no Departamento Pessoal: Admissão de novos empregados; Demissões de empregados; Registros legais em controles diversos; Aplicação e manutenção das leis trabalhistas e previdenciárias; Folha de pagamento (férias, 13º salário etc.) e Normas disciplinares.

O controle de atestados médicos e afastamentos é realizado pelo Departamento Pessoal, empresa de natureza jurídica, terceirizada, que é responsável pela organização, acompanhamento e informações necessárias. Não existe um limite de atestado mensal, por isso, o período máximo permitido pela Lei - que no dia 17 de Junho de 2015 a Medida Provisória 664/2015 foi revogada pela Lei 13.135/2015 e então dia 18 de Junho de 2015 voltou a valer a regra antiga - é que os quinze primeiros dias serão pagos pelo empregador e não mais trinta dias, ou seja, a partir do 16º dia o pagamento será realizado pela Previdência Social diretamente ao empregado. A responsável do RH da Entidade é a responsável por entrar em contato diretamente com o empregado para tirar possíveis dúvidas surgidas durante o período de afastamento e marcar o dia e a hora da perícia do funcionário. O agendamento da Previdência Social é através do site <http://www.previdencia.gov.br/> ou pelo telefone 135. A avaliação da perícia pode ser feita através de um link online, e caso haja necessidade de comparecer pessoalmente, os funcionários da cidade de Tambaú comparecem à Unidade de Pirassununga, sede responsável do município tambauense.

### **3.3.1 DOS PROCEDIMENTOS PRÉ ADMISSIONAIS**

Abaixo, foram explicados e descritos conforme ocorre na realidade cada procedimento adotado pela entidade durante o processo que antecede o início das atividades de um colaborador:

#### **Recrutamento e seleção**

Resumindo em algumas palavras, o conceito de processo de recrutamento e seleção é o nome dado quando uma empresa tem vagas disponíveis e há necessidade de contratar novos profissionais. Um dos métodos mais adotados atualmente para avaliar um candidato é a entrevista, pois é um processo para saber se o candidato interessado à vaga corresponde aos requisitos exigidos da função.

O processo de recrutamento e seleção da Santa Casa é realizado em dois tipos: Interno e Externo.

Interno é quando surgem vagas disponíveis e dá-se oportunidade para os próprios funcionários da empresa, beneficiando os próprios colaboradores do local.

Já o Externo é quando as vagas surgidas a serem preenchidas são publicadas no Diário Oficial em jornais, com abertura do edital, quantidade de vagas disponíveis e o valor do salário. Os candidatos interessados deverão enviar o currículo por e-mail e os que forem

selecionados passarão por uma prova objetiva, uma prova prática e posterior entrevista para saber quem irá se classificar e o número de sua classificação.

### **Exame Médico Admissional**

O exame médico admissional é exigido pela NR-07, tornando-se obrigatório pelas empresas, conforme descrito no PCMSO. Na Santa Casa de Tambaú, sempre é marcado para o suposto funcionário comparecer à Clínica Meta, empresa contratada pela própria instituição para prestação de serviços médicos do trabalho, para a realização de exames do interessado contratado para ser avaliado se está apto a exercer tal função, com pelo menos dois dias de antecedência de ser registrado e informado no e-social. Caso haja informações de que o futuro funcionário não compareceu no dia marcado, é adiada a contratação.

### **Registro em CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social)**

O registro na Carteira de Trabalho (CTPS) é um instrumento que documenta e comprova a existência de uma relação trabalhista entre uma pessoa e uma empresa contratante, ou seja, entre o empregado e o empregador, e também possui todos os direitos trabalhistas previstos pela lei. Na empresa analisada neste projeto, o registro da CTPS é feito da seguinte forma:

- Primeiramente o funcionário fornece as cópias das documentações necessárias solicitadas pelo setor de RH, seguindo as normas do LGPD ( Lei Geral da Proteção de Dados) na empresa;
- Em seguida, a responsável do RH da entidade fica responsável por realizar o cadastro do funcionário no seu sistema de trabalho e, após qualificar as informações com a receita federal, envia para o e-social, que tem como objetivo unificar as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- Depois disso, é gerada a ficha de empregado, contrato de experiência e são geradas três etiquetas que são coladas caso for CTPS física. A primeira é colada na página do registro do empregado, onde consta as seguintes informações: nome da empresa, CNPJ, endereço, município, nome do empregado, cargo, C.B.O, admissão, salário e assinatura do responsável da empresa. A segunda é colada na página do FGTS, onde consta a data de admissão e o banco que é depositado, sendo a Caixa Econômica Federal. E, por fim, a terceira, que é colada na parte das anotações gerais, que se refere ao período de experiência que o empregado irá cumprir, sendo regra desta entidade para todos os contratados o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em caráter

experimental, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 45 (quarenta e cinco) dias. Caso a Carteira de Trabalho for digital, o empregado fica responsável por baixar o aplicativo e acompanhar seu registro e as informações.

### **3.3.2 DOS PROCEDIMENTOS TRABALHISTAS REGULARES**

Já nesta parte do Projeto, seguem explicadas abaixo as rotinas trabalhistas que são praticadas pela empresa estudada durante o período de atividades de um empregado, incluindo pagamento de salário, férias e 13º salário, cálculo e desconto dos encargos como INSS, IRPF e FGTS, adicionais de horas extras, adicional noturno, adicional de insalubridade e periculosidade e a vinculação desses itens com o eSocial:

#### **Pagamento de Salários**

Para Brondi e Bermúdez (2007, p. 195), a entidade deve: I – preparar folha de pagamento da remuneração paga ou creditada a todos os segurados a seu serviço; II – lançar mensalmente em títulos próprios de sua contabilidade, de forma discriminada, os fatos geradores de todas as contribuições, o montante das quantias descontadas, as contribuições da empresa e os totais recolhido.

Mensalmente, o departamento pessoal da entidade elabora a folha de pagamento dos funcionários, sendo 61 mensalistas, e 1 com exceção de horista, onde é discriminado todos os proventos e descontos relativos à remuneração do colaborador. Também é responsável por calcular, registrar e pagar salários e efetivar o recolhimento dos impostos utilizando-se das guias de FGTS, INSS, PIS e IR.

A folha de pagamento é gerada através do ponto, que é importado pela auxiliar administrativa da entidade, e enviado para a responsável do RH da empresa, que irá salvar o arquivo e baixar no Sis ponto (sistema do relógio de ponto), e conseqüentemente vai selecionar no ícone e importar o arquivo. Depois de importado, abre na manutenção de pontos, para selecionar o período e os colaboradores, onde é emitido uma lista de funcionários ativos em ordem alfabética. Logo após é arrumado os horários incompletos, conferência de faltas e atestados, descontos como mensalidade sindical, odontológica, plano de saúde Unimed, seguro de vida, horas extras, e jornadas que estão lançadas erradas, para não ter erro no adicional noturno. Também é conferido os proventos, como gratificação, prêmio por tempo de serviço, e salário família ( funcionários que tenham filhos até 14 anos e estejam dentro do valor estabelecido pelo INSS de cada ano). Em seguida é gerado o holerite.



O final do processo da folha de pagamento dá-se com a confecção do hollerit, palavra inglesa que se adotou popularmente no Brasil para designar o demonstrativo de pagamento dos salários. Trata-se resumidamente de um demonstrativo de crédito de débito de toda a movimentação de um período. (MARRAS, 2005 p. 193).

O pagamento é realizado até todo último dia do mês, pois cumpre com as obrigações do plano de trabalho, e tem até todo dia dez de cada mês subsequente para apresentar a prestação de contas dos pagamentos e encargos.

### **Horas Extras**

Segundo a CLT uma jornada de trabalho normal, salvo os casos especiais, é de 8 (oito) horas ao dia e 44 (quarenta e quatro) semanais, gerando assim a quantidade de 220 (duzentos e vinte) horas ao mês. O funcionário só terá direito a receber hora extra quando exceder a jornada normal de trabalho.

No caso da Santa Casa de Tambaú, existe a jornada de 12x36, com 1 hora de almoço/jantar, que é exclusiva para Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Motoristas, Cozinheiros, Copeiros e Faxineiros. Já os Recepcionistas, Auxiliares de Farmácia, Psicólogo e Assistente Social são jornadas especiais de 6 horas diárias, com direito a 15 minutos de intervalo; já o Farmacêutico, Nutricionista e o Administrativo é por compensação de jornada, sendo de segunda a quinta-feira, 9 horas diárias com 1 hora de almoço e de sexta-feira 8 horas diárias com 1 hora de almoço. No entanto, é raro um funcionário ser pago com horas extras. Há um contrato com o sindicato, no caso, o Sindess da cidade de Ribeirão Preto/SP, com acordo coletivo para Banco de Horas, onde tem o prazo de seis meses para sua compensação. Caso haja necessidade de realizar o pagamento de horas extras para algum funcionário, primeiramente é consultado no plano de trabalho qual o valor permitido que poderá ser pago mensalmente e não excedendo o limite de 2 horas diárias, ou por plantão, com pagamento de no mínimo 50% superior à hora normal. Também deve-se efetuar o pagamento do DSR sobre as horas extras, pois é direito do empregado. Sendo assim, o cálculo da DSR é o valor em R\$ a ser pago de horas extras, dividido pela quantidade de dias úteis no mês e multiplicado pelos domingos e feriados do mês.

### **Décimo Terceiro Salário**

O décimo terceiro é uma bonificação obrigatória trabalhista segundo a CLT para trabalhadores registrados. É uma remuneração extraordinária devida de forma integral a cada ano completo ou proporcional a quantidade de meses trabalhados ao mesmo

empregador. O mesmo é devido na proporção de 1/12 avos para cada fração igual ou superior a 15 dias de cada mês trabalhado.

A parcela denominada décimo terceiro salário é também conhecida como gratificação natalina, tendo sido criada por mera liberalidade pelos empregadores, que, imbuídos do espírito natalino e das festas de final de ano, distribuem valores aos empregados em tal época. Posteriormente, o legislador normatizou referida gratificação que passou a ser de pagamento obrigatório. (ZENNI e RAFAEL, 2006, p.67).

A 1º parcela do décimo terceiro salário segundo a CLT é permitida a pagar do dia 1 de fevereiro ao dia 30 de novembro. No caso da Santa Casa, a primeira parcela é sempre depositada a partir do dia 15 novembro de cada ano, sendo esta o funcionário recebe a metade de seu salário sem nenhuma incidência de encargos, e a entidade realiza o depósito do FGTS referente esta primeira parte, por ser um encargo de regime de competência o mesmo será recolhido junto com a guia de FGTS do mês de novembro, pois não existe uma guia específica para o recolhimento do FGTS da primeira parcela do 13º salário.

Já a 2º parcela é depositada a partir do dia 10 de dezembro de cada ano, os encargos de INSS e IR serão descontados sobre o valor total do 13º salário pago, e fará também junto à guia do mês de dezembro o recolhimento do FGTS referente à segunda parte.

### **Férias**

Férias é um período de descanso anual adquirido pelo empregado depois de completado 12 meses de trabalho, esse descanso equivale a 30 dias corridos, caso não tenha cometido nenhuma falta injustificada no período.

O chefe de cada setor da Irmandade é responsável por comunicar e entregar ao empregado o aviso de férias trinta dias antes do mesmo entrar em gozo. O pagamento das férias é feito com 48 horas de antecedência antes do funcionário sair de férias. No recibo de férias, o funcionário receberá o salário do mês, acrescido de mais 1/3 de férias e mais os valores médios dos demais adicionais (horas extras, DSR, gratificação, adicional noturno), realizadas durante o período aquisitivo ou qualquer outro provento o qual integre o seu salário. Também o colaborador poderá optar por escolher a forma de suas férias. Poderá ser 30 dias corridos, ou fracioná-las em até três períodos, desde que um deles tenha no mínimo 14 dias, e os outros dois períodos no mínimo 5 dias cada. Nas férias são deduzidos os encargos de INSS e IR quando houver.

### **Adicional Noturno**

O Adicional noturno é pago para funcionários que trabalham das 22 horas até as 5 da manhã. No caso da empresa analisada em acordo com o sindicato é pago 35% para os funcionários.

### **Insalubridade**

A insalubridade são as atividades ou condições de trabalho que expõem o empregado a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo.

As atividades que são desenvolvidas em ambientes ou condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos na NR nº 15, segundo Art. 192 da CLT, assegura a percepção de adicional de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário mínimo da região, segundo se classifiquem respectivamente nos graus máximo, médio e mínimo.

A Santa Casa de Tambaú, movida por convenção coletiva sindical, atualmente paga 20% do salário mínimo para os funcionários hospitalares. É um benefício do trabalhador que está exposto a um ambiente laboral potencialmente nocivo.

### **IRPF**

O Imposto de Renda Retido na Fonte é um tipo de desconto que ocorre com base legal na folha de pagamento do funcionário, incide mensalmente na remuneração do empregado. É um imposto tributário na qual o empregador está obrigado a reter mensalmente e posteriormente efetuar o recolhimento à Receita Federal.

Segundo Gilson (2002) o imposto de renda é calculado mediante a aplicação das correspondentes alíquotas que constam na tabela do IR, sobre a somatória das verbas (as mesmas que sofrem incidência previdenciária) salariais recebidas pelo empregado.

Após as observações da Santa Casa, a minoria dos cargos tem o desconto do IRPF, sendo a maioria os que trabalham noturno que recebem o adicional noturno, ou os que possuem um salário maior.

### **INSS**

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) é a contribuição que cobre benefícios como auxílio-acidente, auxílio-doença, licença-maternidade, entre outros. O valor é descontado individualmente do salário de cada colaborador, com a alíquota devida. No entanto, existe uma alíquota máxima de desconto que não pode ser ultrapassada, que é de

14%. Após os descontos é gerado a guia, que é efetuada no mesmo dia do pagamento dos trabalhadores.

### **FGTS**

O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), conforme a Caixa Econômica Federal (2015), tem como principal objetivo proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante ao contrato de trabalho. O empregador deverá efetuar o depósito de 8% da remuneração mensal do funcionário na conta vinculada ao nome do empregado.

A SEFIP é um programa da Caixa Econômica Federal, que possui a função de informar à Previdência Social e a Caixa Econômica Federal os dados das empresas e dos empregados, por meio deste programa é gerado a guia de recolhimento do FGTS, ainda neste programa são informados os valores devido ao INSS, bem como a remuneração dos trabalhadores, e é obrigatória em todas as empresas.

Brondi e Bermúdez (2007, p. 213) afirmam que “os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, o percentual de 8% da remuneração paga ou devida no mês anterior, inclusive o 13º salário.” Martins (2014, p. 160) define que, “o FGTS é um depósito bancário destinado a formar uma poupança para o trabalhador, que poderá ser sacado nas hipóteses 23 previstas na lei, principalmente quando é dispensado sem justa causa. Servem, ainda, os depósitos como fundos de financiamento para aquisição de moradia pelo Sistema Financeiro Habitacional.

Brondi e Bermúdez (2007, p. 215) deixa claro que, os depósitos são obrigatórios nos casos de afastamento a seguir: serviço militar; por motivo de licença para tratamento de saúde, até quinze dias; acidente de trabalho; licença maternidade e licença paternidade.

A guia de FGTS da Santa Casa, é paga até todo último dia do mês, juntamente com a folha de pagamento, respeitando o prazo.

Após as informações necessárias fornecidas pela responsável do setor de recursos humanos da empresa, é possível observar o vínculo dos itens explicados acima com o e-social.

O e-social é um Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), que foi criado em 2014, sendo um projeto do governo federal que busca digitalizar e unificar as informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas das empresas que possuem registro em CLT. Todo mês, quando se fecha a folha de pagamento, precisa enviar todas as informações de salário dos funcionários para esse sistema, pois se faltar alguma informação consta divergências. Então

pode- se concluir que, desde admissão do empregado, salários, encargos, exames admissional, rescisão, tudo é informado.

### **PGR**

O Programa de Gerenciamento de Riscos é um programa adotado pelas organizações por meio de documentos físicos ou eletrônico que visa a melhoria das condições expostas do trabalhador, com o intuito de evitar e prevenir acidentes, seja por meio de risco químico, físico, biológico, ou ergonômico, que tem como um de seus principais objetivos preservar a vida, evitar danos físicos e psíquicos as pessoas, e também possui a necessidade de manter-se sob controles de agentes ambientais, bem como com monitoramento periódico, levando em consideração o meio ambiente e recursos naturais, a fim de evitar a paralisação e danos da produção, através de antecipação, identificação de fatores de risco, avaliação, e consequentemente controle de riscos ambientais existentes que venha a existir no ambiente de trabalho. Fica a critério das empresas estabelecer pré- seleção de quais medidas de controle serão mais adequadas e propícias para a sua realidade. O PGR objetiva o reconhecimento e a reavaliação dos riscos ambientais nos diversos setores de trabalho da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias visando a eliminação ou, pelo menos, a redução desses riscos. (WALDHELM NETO, 2022)

Em março de 2019 foi publicada a Portaria 6.730 que altera a NR -01 e institui o PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos, que faz parte do GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais. Este substitui o PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, que entrou em vigência em março de 2021, com a Portaria n.º 8.873/2021. O Programa foi idealizado para diminuir a burocracia de processos e aumentar a segurança dos trabalhadores. (SELF, 2022).

O GRO – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, é o principal ponto instituído pela nova NR -01 e serve apenas para fins de prevenção, é a forma como será feita a gestão de riscos, ou seja, são todas as ações integradas para o gerenciamento dos riscos ocupacionais, e tem como seu principal programa o PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos). Sendo assim, todo o risco ocupacional é identificado, avaliado e precavido e não apenas os riscos biológicos, químicos e físicos como trata o PPRA. Isso contribui para maior funcionalidade da gestão de risco e mesmo identifica todos os perigos existentes na empresa e realiza o seu gerenciamento de forma a controlá-los, mantê-los a níveis toleráveis e atender os requisitos legais aplicáveis. É um processo de gerenciamento contínuo e dinâmico. (BORGES, 2020).

A mudança da nova NR-01 se torna um novo passo para melhorar e reduzir os acidentes de trabalho com a implantação do Programa de Gerenciamento de Riscos, que vem para simplificar as normas ao mesmo tempo que se torna mais útil para a gestão de riscos. O PGR objetiva o reconhecimento e a reavaliação dos riscos ambientais nos diversos setores de trabalho da empresa, bem como o planejamento das ações prioritárias visando a eliminação ou, pelo menos, a redução desses riscos. (WALDHELM NETO, 2022).

### **LTCAT**

É de conhecimento geral que o Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), regulamentada pela NR- 09, e Lei 9.213/199, é um tipo de documento exigido pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), que demonstra os agentes nocivos e prejudiciais de um trabalhador em exposição durante o seu tempo de trabalho relacionado a sua saúde, com a finalidade de validar as aposentadorias especiais, ou não. A obrigatoriedade deste laudo está fundamentada no Artigo nº 58 da Lei nº 8.213 de 24/07/1991, e no decreto nº 3.048/99.

A partir da década de setenta que a preocupação com a segurança e a saúde do trabalhador, no Brasil, começou a ganhar sua devida importância. Este fato ocorreu, pois nesta época o país passou a ser o recordista mundial em número de acidentes, devido às más condições do trabalho e da ausência de uma política preventiva eficiente (MICHEL, 2001).

Segundo o § 1º do Artigo 58 da lei nº 8.213 de 24/07/1991, o LTCAT deverá ser elaborado e assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, com o respectivo número profissional do conselho da categoria.

Para a elaboração e estrutura do LTCAT, existem algumas informações e elementos básicos, definido pelo art. 262 da IN INSS/PRES nº 77, de 2015, são eles:

- descrição da atividade;
- identificação da empresa
- identificação do setor e da função;
- identificação de agente nocivo capaz de causar dano à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;
- localização das possíveis fontes geradoras;
- se individual ou coletivo;
- via e periodicidade de exposição ao agente nocivo;
- metodologia e procedimentos de avaliação do agente nocivo;
- descrição das medidas de controle existentes;

- conclusão do LTCAT;
- assinatura e identificação do médico do trabalho ou engenheiro de segurança;
- data da realização da avaliação ambiental.

E, por último, o LTCAT deverá atender a legislação previdenciária, e caracterizar se o empregado possui direito a aposentadoria especial e ainda subsidiar as empresas e elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP).

### **Aposentadoria Especial**

No que diz respeito a aposentadoria especial, é um benefício previdenciário concedido a trabalhadores que exercem atividade insalubre, como contatos com os agentes químicos, físicos ou biológicos de forma permanente, não ocasional nem intermitente e pelo período de carência exigido por lei no art. 57 da Lei nº 8.213/91, sendo este período de 15, 20 ou 25 anos.

### **Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**

Conforme o parágrafo 1º do Art. 58 da Lei Nº 8.213/91 para que a exposição do trabalhador aos agentes de riscos, presentes no anexo IV do decreto nº 3.048/99, seja comprovada, é necessário que a empresa emita um formulário, o perfil profissiográfico previdenciário (PPP), que é estabelecido pelo INSS. Neste documento deverão estar descritos o nome, cargo e o número de inscrição do trabalhador (NIT), do responsável pela assinatura do documento, bem como o carimbo da empresa.

Para preencher o formulário, é necessário usar o LTCAT como base, realizado pelo médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

É um documento obrigatório, de responsabilidade das empresas fornecerem, que indica as condições do ambiente de trabalho, e relata as condições dos trabalhadores.

Quando um funcionário ou ex- funcionário da entidade precisa deste documento, é solicitado através de uma carta a próprio punho, requerendo a sua via do PPP, juntamente com a cópia de seus documentos, e da página onde consta o registro da empregadora, e também do número e série da carteira de trabalho. Depois disso, é elaborado um ofício pela responsável, e conseqüentemente levado até o engenheiro do trabalho, para realizar a sua emissão.

### **PCMSO**

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, tem como objetivo proteger a saúde e segurança dos empregados em relação aos riscos ocupacionais. Regulamentado pela NR-07 da Portaria 3214/78 tem obrigatoriedade da elaboração do PCMSO, que é um programa médico que tem por característica a prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho (MIRANDA; DIAS, 2004).

Todas as empresas, independente do número de empregados ou do grau de risco de sua atividade, estão obrigadas a elaborar e implementar o PCMSO, que deve ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, especialmente os riscos que foram identificados nas avaliações previstas no PPRA. A norma estabelece, ainda, o prazo e a periodicidade para a realização das avaliações clínicas, assim como define os critérios para a execução e interpretação dos exames médicos complementares (RAVADELLI, 2006).

A responsabilidade de sua emissão, segundo a NR-07, é do empregador indicar um médico dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT, que trabalhe na empresa para coordenar a execução do PCMSO.

Dentre as suas responsabilidades no planejamento das empresas encontram-se os exames obrigatórios:

- admissional;
- periódicos;
- de retorno ao trabalho;
- de mudança de risco ocupacional;
- demissional

A NR 07 ainda determina que, identificando qualquer ocorrência ou agravamento de doenças profissionais, através desses exames médicos caberá ao médico-coordenador ou encarregado:

- Solicitar à empresa a emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT;
- Indicar, quando necessário, o afastamento do trabalhador da exposição ao risco, ou do trabalho;
- Encaminhar o trabalhador à Previdência Social para avaliação de incapacidade em relação ao trabalho;
- Orientar o empregador quanto à necessidade de adoção de medidas de controle no ambiente de trabalho.

A avaliação clínica analisa as condições de saúde do candidato que a empresa pretende contratar. Com o objetivo de analisar o estado de saúde, está de acordo com as



funções que o candidato exercerá na empresa, bem como analisar se a função irá provocar alguma doença ou até mesmo agravar uma doença já existente (MIGALHAS, 2013).

### **3.3.3 SIMULAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO**

Nesta parte foi simulado o cálculo da folha de pagamento em formato de tabela, que se encontra no Anexo II deste presente projeto. Após sua elaboração, pode-se concluir que a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú comparada ao item 3.3.2, cumpre com as suas obrigações legalmente, dentro das normas e leis exigidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas em relação ao empregado. O valor dos salários estão de acordo com a convenção coletiva do sindicato, com piso salarial, insalubridade, adicional noturno, hora extra, e férias corretamente. Os encargos como INSS e IRPF são descontados mensalmente, FGTS depositado dentro do prazo, e o décimo terceiro pago conforme demanda a lei.

Os exames médicos feitos nos colaboradores são: admissional, periódico, troca de função, demissional e quando a pessoa retorna das férias, conforme exigido no PCMSO, elaborado pelo Engenheiro do Trabalho de acordo com a exigência da NR 07, para evitar doenças ocupacionais e acidente de trabalho, independente do número de funcionários da empresa. Os mais solicitados pelo Médico do Trabalho são a Audiometria, o Hemograma e a Acuidade Visual.

O LTCAT regulamentada pela NR-09 e o PGR regulamentada pela NR- 01, os laudos também são elaborados pelo mesmo Engenheiro do Trabalho, no qual presta serviços jurídicos para a empresa hospitalar, respeitando as exigências das Normas Regulamentadoras de cada um.

## **3.4 PERÍCIA E ARBITRAGEM CONTÁBIL**

A Perícia Contábil é referida como o exame dos fatos ou situações realizados pelo especialista, sendo uma análise técnica realizada em uma determinada disciplina sobre um teste, situação ou fato e, conforme dito por Maluzza (2019), ao final, o perito emitirá um Laudo Pericial, que é o resultado do conhecimento técnico sobre o assunto.

Seu objetivo principal é efetuar uma análise detalhada do histórico de um negócio, tanto na parte financeira, quanto contábil.

### **3.4.1 PERÍCIA CONTÁBIL**

Conforme encontra-se na NBC TP 01, no tópico 2, “A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente”.

Portanto, Perícia Contábil é uma avaliação técnica realizada por um perito contábil, com o objetivo de fornecer informações imparciais e confiáveis sobre questões financeiras, contábeis e tributárias. Esse tipo de perícia pode ser solicitada por empresas, órgãos públicos ou particulares, para auxiliar na tomada de decisões ou em processos judiciais.

Basicamente, ela se realiza por meio de oito etapas: exame, vistoria, indagação, investigação, arbitramento, mensuração, avaliação e certificação. Além disso, se divide em Perícia Contábil Extrajudicial (que se encontra melhor explicada no tópico 3.4.3, mais abaixo) e Perícia Contábil Judicial:

- A Perícia Judicial é uma avaliação técnica realizada por um perito nomeado pelo juiz, com o objetivo de fornecer informações imparciais e confiáveis sobre questões técnicas e científicas relevantes para um processo judicial.
- No entendimento de Sá (1997, p.63), "A perícia contábil judicial é a que visa servir de prova, esclarecendo o juiz sobre assuntos em litígio que merecem seu julgamento, objetivando fatos relativos ao patrimônio azidental ou de pessoas”.

Já em questão da nomeação, contratação e escolha do Perito Contador, segundo a NBC PP 01 - Norma Profissional do Perito - estas devem ser consideradas como distinção e reconhecimento da capacidade e honorabilidade do contador; sempre que este entender não ter competência ou não conter estrutura profissional para desenvolver tal processo, deve escusar os serviços. E cabe frisar que o Perito Contador, quando nomeado, é aquele que foi designado pelo juiz em Perícia Contábil Judicial e, em contrapartida, quando contratado, é o atuante em Perícia Contábil Extrajudicial.

### **3.4.2 LAUDO PERICIAL E PARECER CONTÁBIL**

O Laudo Pericial e o Parecer Contábil nada mais são que os documentos escritos que têm como principal objetivo registrar, de maneira integrada, todo o conteúdo da perícia, trazendo os aspectos mais relevantes detalhados, para que, assim, obtenha-se a prova necessária para a conclusão do Laudo Pericial. A principal diferença entre ambos é que o laudo é construído de forma técnica, comprovando as teses de um perito e, já o parecer, não possui tanto embasamento, por apresentar apenas a opinião de um profissional da área.

E, conforme explicado por Silva (2017), o Laudo Pericial pode ser apresentado como uma descrição tanto oral como escrita das conclusões obtidas junto à Demonstração Contábil analisada, sendo descritas todas as variáveis observadas e as conclusões.

Ainda sobre o Laudo Pericial, é preciso conter determinadas informações básicas em sua estrutura, segundo a Resolução CFC nº 1041/05. São elas:

- identificação do processo;
- síntese do objeto da perícia;
- metodologia adotada para os trabalhos periciais;
- identificação das diligências realizadas;
- transcrição dos quesitos;
- respostas aos quesitos;
- conclusão;
- rubrica e assinatura do perito contador;
- identificação da categoria profissional do perito contador;
- número de registro do perito contador no Conselho Regional de Contabilidade.

Os honorários praticados na perícia contábil são valores cobrados pelo trabalho realizado pelo perito contábil na elaboração de um laudo pericial. Assim, Dantas e Almeida (2014) afirmam que certamente a prestação de um serviço de natureza profissional e técnica é o fio condutor para compreender-se o significado e abrangência dos honorários.

Esses honorários são definidos de acordo com a complexidade do caso, o tempo necessário para a execução do trabalho, a experiência do perito, a equipe que dará o suporte ao serviço, a estrutura física necessária, a tecnologia envolvida, entre outros.

Nesse sentido, Aguiar et. at. (2006) afirma que:

Mesmo que haja semelhanças entre processos, raramente poderá haver honorários idênticos, devido aos fatores como: documentos necessários para a prova pericial, e se estão ou não anexados aos autos; necessidade diligências; quesitos apresentados; volume de informações a serem trabalhadas, entre outros fatores.

Especificamente se tratando dos peritos-contadores, há a Resolução nº. 857/99 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que reformulou as Normas Profissionais do Perito (NBC P 2), responsável por estabelecer as diretrizes a serem seguidas na precificação dos honorários periciais.

O perito deve preparar uma proposta de pagamento e, se possível, estimar o seu número horas para realizar o trabalho em etapas e de acordo com a qualificação de especialistas, considerando as seguintes circunstâncias:

- Extração e entrega de registros;
- Processo de leitura e interpretação;

- Detalhar os termos de devida diligência para coletar evidências e se comunicar com todas as partes,
- Terceiros e contadores assistentes;
- Realização de divergência;
- Pesquisa bibliográfica e inspeção de livros contábeis, fiscais e societários;
- Criar planilhas, tabelas, gráficos, simulações e análise de resultados;
- Relatórios Inter profissionais;
- Elaboração do relatório;
- Reuniões com peritos-contadores assistentes, quando for o caso;
- Revisão final;
- Despesas de viagem, hospedagem, transporte, alimentação, etc.;
- Outras obras com despesas acessórias.

Esses fatores auxiliam a composição de valor pelos serviços prestados, porém não há modelos de precificação de honorários periciais para serem utilizados como padrão, existindo uma subjetividade dos peritos, não mantendo assim um valor padrão a ser cobrado, cada um precificando assim, do seu jeito.

### **3.4.3 PERÍCIA EXTRAJUDICIAL**

A Perícia Extrajudicial é uma avaliação técnica realizada por um especialista em uma determinada área de conhecimento, com o objetivo de fornecer informações para auxiliar em processos extrajudiciais, ou seja, que não estejam relacionados a uma ação judicial.

Conforme consta na NBC TP 01, no tópico 4, "A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade. Entende-se como perícia judicial aquela exercida sob a tutela da justiça. A perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária".

E, para concluir, no anexo III, está inserido o Laudo Pericial Contábil Extrajudicial elaborado através da revisão dos cálculos dos valores da folha de pagamento. Conforme exposto, após a análise pode-se concluir que na entidade do presente trabalho, não houve qualquer tipo de incompatibilidade dos dados levantados, entra-se totalmente correta perante as Normas Brasileiras de Contabilidade.

## **3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ**

### 3.5.1 COMUNICANDO DE FORMA EFICAZ

- **Tópico 1:** Construindo relações com a comunicação eficaz

É de conhecimento geral que a comunicação está presente em todas as etapas da vida do ser humano. Porém é necessário que, para o seu funcionamento, ela precisa ser eficaz, clara e correta, pois quando o emissor diz algo que leva à má interpretação pelo receptor, a comunicação não traz o resultado desejado, assim, causando o ruído. O modo como é falado também causa impactos, envolvendo a linguagem corporal, o tom da voz e o volume desta.

Outra forma de comunicação indispensável são as emoções, pois através delas é sobre aquilo que o outro entende, ou seja, é através da interpretação e não sobre o que foi dito.

Já a comunicação não verbal compreende três fatores de extrema importância: o uso da tecnologia visual, a crescente comunicação intercultural e diversificada e a linguagem corporal e os impactos nas negociações.

E, por fim, para concluir, um dos pontos mais fortes da comunicação é ouvir o que o próximo tem a dizer, pois um bom ouvinte é estar presente e ter um maior entendimento sobre as palavras e pontos de vista diferentes. É fundamental saber expressar-se, ter uma comunicação eficaz e aprender com o próximo.

- **Tópico 2:** Diálogo e o poder de uma boa conversa

Tendo em vista que o diálogo é a ação de resolver algo por meio das palavras, este é considerado um tipo de conversa que não exige preparação de argumentos ou defesa de posições e, além disso, sem a existência de nenhuma interferência, como, por exemplo, a tecnologia ou algo que desfoque a atenção.

Por ser produtivo, o diálogo é uma ferramenta para resolver conflitos, buscar o consenso e outrossim ser levado ao trabalho, para contribuir no progresso e evolução profissional e no avanço de trabalhos em equipe.

Portanto, pode-se concluir que o diálogo faz parte da essência humana, não cabe verdades, julgamentos e preconceitos, mas, sim, percepções individuais sobre determinado assunto. Exige empatia, atenção, envolvimento e humildade.

- **Tópico 3:** Comunicação eficaz escrita: a importância da mensagem

A comunicação eficaz escrita é fundamental em todos os aspectos da vida pessoal e profissional. A importância da mensagem reside no fato de que a forma como você se expressa por escrito pode influenciar diretamente o entendimento e a interpretação do

receptor, já que não é possível colocar uma entonação no que está sendo escrito. Uma mensagem clara, concisa e bem estruturada aumenta as chances de transmitir sua ideia de forma efetiva e garantir que o receptor compreenda exatamente o que você está comunicando. E, atualmente, a boa escrita é um dos maiores requisitos no mercado de trabalho.

Portanto, para que ocorra uma boa comunicação é preciso conhecer os principais tipos de textos, que são a narração, argumentação, relato, exposição e descrição; todos esses seguem a mesma lógica, devem conter a introdução, desenvolvimento e conclusão, para que, assim, a mensagem seja transmitida da melhor forma possível.

E os exemplos da comunicação eficaz que encontra-se no cotidiano são diversas, mas pode-se destacar as principais que em algum momento alguém sempre irá precisar utilizar, são os e-mails profissionais, mensagem de texto, redes sociais e relatórios e documentos formais. Para concluir, uma boa comunicação eficaz requer a capacidade de ouvir, falar, escrever, ler e interpretar.

- Tópico 4: Comunicação virtual

A comunicação virtual refere-se à troca de informações, ideias e mensagens que ocorrem por meio de dispositivos eletrônicos e plataformas online. Com o avanço da tecnologia e a crescente conectividade, a comunicação virtual tornou-se uma parte essencial de nossas vidas pessoais e profissionais, essas ferramentas de comunicação acabaram agregando valor na vida de cada indivíduo que o utiliza, mesmo que seja apenas para um passatempo, mas os proporciona alegria, diversão, distração e contato com pessoas queridas que moram longe.

Portanto, é preciso tomar todas as precauções ao utilizar a comunicação virtual, pois tudo que é escrito e postado fica armazenado, dessa forma pode prejudicar quem está do outro lado.

Desta maneira, os exemplos mais utilizados nesse tópico são as redes sociais, como LinkedIn, Instagram, WhatsApp, Messenger e Telegram. Para finalizar, pode-se dizer que, independente do tipo de comunicação, é sempre um processo de aprendizado contínuo.

### **3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA**

A comunicação está presente na vida de cada indivíduo o tempo todo e na área da contabilidade não seria nada diferente, a todo momento os profissionais necessitam utilizar a comunicação para qualquer ação durante o seu dia. Desta forma, foi criado um banner com

os principais tópicos relacionados ao assunto, promovendo dicas para obter um desempenho mais claro e fluido durante qualquer tipo de diálogo:

The infographic is set against a dark blue background with white and light blue text and icons. On the left, under the heading 'Na contabilidade a comunicação está presente em:', there is a list of four items, each preceded by a white arrow icon: 'Transmissão das informações contábeis', 'Relatórios, documentação e demonstrações', 'Comunicação com clientes', and 'Colaboração em equipe'. In the center, there are three circular illustrations: the top one shows a woman on a phone call; the middle one shows a man and a woman looking at a document together; the bottom one shows a woman at a laptop with a hand icon pointing towards it. On the right side, under the heading 'Dicas de como ter uma comunicação eficaz', there is a vertical stack of five rounded rectangular buttons with white text on a light blue background: 'Ler', 'Falar', 'Escrever', 'Ouvir', and 'Interpretar'. At the bottom center, the main title 'A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA CONTABILIDADE' is written in large, bold, white capital letters. To the left of the title, there is an illustration of a blue megaphone on a laptop screen. Below the title, the source 'Fonte: Autores, 2023' is written in a smaller white font.

**Na contabilidade a comunicação está presente em:**

- Transmissão das informações contábeis
- Relatórios, documentação e demonstrações
- Comunicação com clientes
- Colaboração em equipe

**Dicas de como ter uma comunicação eficaz**

- Ler
- Falar
- Escrever
- Ouvir
- Interpretar

**A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NA CONTABILIDADE**

Fonte: Autores, 2023

Em resumo, a comunicação desempenha um papel vital na contabilidade, seja dentro do departamento contábil, no relacionamento com clientes e fornecedores, na conformidade regulatória ou na tomada de decisões estratégicas. Uma comunicação clara, precisa e eficaz é fundamental para garantir a qualidade das informações contábeis, construir confiança e promover o sucesso financeiro de uma organização.

## 4 CONCLUSÃO

Através das análises, cálculos, relatórios e demonstrações, foi possível verificar e executar o projeto conforme o solicitado, onde grande parte dos dados necessários para ambas unidades de estudos foram disponibilizados pela entidade analisada.

Referente ao módulo de Auditoria Contábil, foi efetuado a análise e verificada a relevância e eficiência dos controles internos da entidade, mas com possibilidade de melhora, podendo contribuir mais.

Enquanto na unidade de Avaliação de Empresas, com os dados fornecidos pela empresa e os cálculos de projeção efetuado pelos integrantes do grupo, foi possível analisar que a empresa, pela projeção, tende a ter uma melhora, mas, com a visualização pelo Valor presente Monetário, a taxa de crescimento se estabiliza e tende a ocorrer uma queda.

Já relacionado ao tema de Gestão de Pessoas e Rotinas Trabalhistas, foi concedido pela empresa dados referentes aos tópicos abordados e foi efetuada a simulação da folha de pagamento e, por fim, foi efetuado o laudo pericial extrajudicial sobre a folha de pagamento que foi verificado nenhuma inconformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Portanto, com as análises e cálculos efetuados, foi possível verificar que a Santa Casa de Tambaú, atualmente, segue com os controles internos de forma adequada, cálculos efetuados em conformidade e com um fluxo de caixa estável, mas com a projeção sendo relacionada ao valor monetário atual ocorre uma queda, visando uma atenção a mudanças para estabilizar a entidade financeiramente.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. L.; CABRAL, G. V.; SILVA, R. C.; SILVA, A. T. Honorários do Perito Judicial. *Pensar Contábil*, v. 8, n. 32, p. 1-11, 2006.

ASSI, Marcos. **Controles Internos E Cultura Organizacional - Como Consolidar A Confiança Na Gestão Dos Negócios - 3º edição 2019 - edição comemorativa 10 anos - Lançamento**. São Paulo: Saint Paul Publishing (Brazil), 2019. E-book. ISBN 9788580041583. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041583/> Acesso em: 20 mai. 2023.

BORGES, Kleber Lucio. **GUIA PARA A ELABORAÇÃO DO PGR - PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS OCUPACIONAIS**. Porto Velho: Amazon Digital Services Llc - Kdp Print Us, 2020.

BRAGA Roberto. **Fundamentos e Técnicas de Administração Financeira**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BREALEY, Richard A.; MYERS, Stewart C.; ALLEN, Franklin. **Princípios de Finanças Corporativas-12**. AMGH, 2018.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos**, 4ª edição. São Paulo: Manole, 2014.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. ISBN 9786559775002. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775002/> Acesso em: 20 mai. 2023.

DANTAS, Claizi Tatiane Araujo; ALMEIDA, Alex Santos. **PERÍCIA CONTÁBIL: Um olhar sobre o cálculo dos honorários do perito judicial**. 2014.

GRUPO CPCON. **Balanco Patrimonial. Conceitos Básicos**. 2022. Disponível em: <https://www.grupocpcon.com/balanco-patrimonial-conceitos-basicos/>. Acesso em: 30 abr.

2023.

GUDIM, Yanick. EBITDA: o que é, como calcular, significado e fórmula simples. o que é, como calcular, significado e fórmula simples. 2021. Disponível em: <https://blog.flashapp.com.br/o-que-e-ebitda>. Acesso em: 15 maio 2023.

LIRA, Roberto de (ed.). Boletim Focus: projeção de inflação sobe para 2023, 2024, 2025 e 2026. 2023. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/economia/boletim-focus-projecao-de-inflacao-sobe-para-2023-2024-2025-e-2026-estimativa-de-pib-sobe/>. Acesso em: 05 maio 2023.

LUCA, Camila de Almeida. **O terceiro setor na economia brasileira**. Universidade Federal de Santa Catarina. 91 f. Florianópolis. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de Bacharelado em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Social Econômico. Curso de Graduação em Ciências Econômicas. Florianópolis. 2008.

LUNKES, Rogério João. **Controle de gestão: estratégico, tático, operacional, interno e de risco**. São Paulo: Atlas, 2010.

MALUZZA, Priscila. **O que é perícia contábil?: entenda e aprenda como executar**. 2019. Disponível em: <https://cursosmodulos.com.br/Artigos/O-que-e-pericia-contabil-Entenda-e-aprenda-como-executar>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MARTINEZ, Antônio Lopo. **Buscando o valor intrínseco de uma empresa: revisão das metodologias para avaliação de negócios**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, Não use números Romanos ou letras, use somente números Arábicos., 1999, Foz do Iguaçu. BUSCANDO O VALOR INTRÍNSECO DE UMA EMPRESA : REVISÃO DAS METODOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DE NEGÓCIOS. Foz do Iguaçu: Enanpad, 1999. p. 2-3.

MARTLANC, R; PASIN, R; CAVALCANTE, F. **AVALIAÇÃO DE EMPRESAS: UM GUIA PARA FUSÕES E AQUISIÇÕES E GESTÃO DE VALOR**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MIGALHAS. Disponível em:

<<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI181755,61044-Exames+medicos+obrigatorios+do+trabalhador>>. Acesso em 24/03/2023.

MIRANDA, Carlos Roberto.; DIAS, Carlos Roberto. **PPRA / PCMSO: A auditoria, inspeção do trabalho e controle social**, 2004. Disponível em <[www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/39.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csp/v20n1/39.pdf)>. Acesso em 24/03/2023.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista**. 41. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

PALEPU, Krishna G. et al. **Business analysis and valuation: Using financial statements**. Cengage AU, 2020.

PEREIRA, Vaniza. **Fundamentos de auditoria contábil**. Porto Alegre: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788569726784. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788569726784/> Acesso em: 20 mai. 2023.

RAVADELLI, Luciano. **Avaliação dos Programas de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho de uma Empresa Privada de Coleta de Lixo Domiciliar**, 2006.

REIS, Tiago. **Como fazer uma avaliação de empresas?: saiba mais sobre o valuation**. Saiba mais sobre o valuation. 2017. Grupo Suno. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/avaliacao-de-empresas/>. Acesso em: 24 mar. 2023.

SÁ, Antônio Lopes de. **Perícia Contábil**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SELF, Engenharia. **Programa de Gerenciamento de Riscos: o que é, para que serve e quem deve realizar**. Disponível em: PGR – Programa de Gerenciamento de Riscos. Acesso em: 29 set. 2022.

SILVA, P. (2017) Vocabulário jurídico. 10 edição. Forense. Rio de Janeiro-RJ.

TORRES, Vitor. O que é DRE na Contabilidade? Como Fazer e qual sua Importância no Sucesso de uma Empresa?. 2022. Disponível em:

<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-dre-para-que-serve/>. Acesso em: 11 mar. 2022.

WALDHELM NETO, Nestor. **O que é o GRO** (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais) da NR 1. Disponível em:

<https://segurancadotrabalhonwn.com/o-que-gro-gerenciamento-deriscos/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WALDHELM NETO, Nestor. **O que é PGR: Quem assina, elabora, vigência e muito mais.** Disponível em: <https://segurancadotrabalhonwn.com/o-que-e-pgr/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

ZENNI, Alessandro Severino Vállér; RAFAEL, Márcia Cristina. Remuneração e jornada de trabalho. 1º. ed. (ano 2006), 3º tir./Curitiba: Juruá, 2008.

[Livro] MICHEL, Oswaldo. **Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais.** São Paulo: LTr, 2001.

[Internet] Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). Disponível em:

<<http://sesisc.org.br/pt-br/laudo-tecnico-dascondicoes-ambientais-de-trabalho-ltcat>> Acesso em: 24 mar. 2023.

[Internet] BRASIL. Decreto lei 5.452 de 01 de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)> Acesso em: 24 mar. 2023.

## ANEXOS

### Anexo I - Formulário para Avaliação do Sistema de Controle Interno

**GERAL:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. Os lançamentos contábeis são adequadamente documentados, aprovados e registrados corretamente e sem atraso?

b. São levantados balancetes periódicos de todos os livros razões e registros originais?

c. A empresa está adequadamente protegida contra prejuízos provenientes de sinistros, desfalques e outras irregularidades?

**R Geral:** Tal tópico não foi respondido.

**COMPRAS E PAGAMENTOS:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona garantia razoável de que:

a. As mercadorias e serviços são comprados para atender aos objetivos da empresa a preços razoáveis?

**R:** “Para as mercadorias compradas, primeiramente são feitas 3 cotações e são avaliadas pelo preço e qualidade. Depois, é solicitada à empresa escolhida, caso for necessário, se ela cobre a oferta da mais acessível para, assim, ser adquirido o seu produto.”

b. As compras são pronta e corretamente contabilizadas?

**R:** “Após a realização da compra das mercadorias, é esperada a entrega das mesmas com boletos e notas fiscais, para dar entrada nos estoques e serem contabilizadas.”

c. Os passivos incorridos são contabilizados pelo valor correto?

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

d. Os pagamentos são feitos por valores corretos, por mercadorias e serviços recebidos pela empresa?

**R:** “Após o recebimento da nota fiscal e boleto, o gerente financeiro da empresa efetua o pagamento via boleto ou, quando necessário, por meio de transferência bancária e depósito bancário, por valores corretos, após o recebimento das mercadorias compradas.”

e. Os pagamentos são contabilizados pronta e corretamente?

**R:** “Os pagamentos e compras são contabilizados mensalmente e corretamente pela data de emissão, após efetuação do pagamento referente às notas fiscais de acordo com cada conta.”

f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável?

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

**FOLHA DE PAGAMENTO:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Os pagamentos são feitos por valores corretos a empregados da empresa, por serviços realmente prestados?**

**R:** “Os pagamentos dos funcionários são feitos por valores corretos, seguindo as obrigações da CLT e de acordo com a convenção coletiva, por meio de conta salário e holerite mensalmente.”

**b. As folhas de pagamento e os custos de mão-de-obra são pronta e corretamente contabilizados?**

**R:** “Após gerada a folha de pagamento mensal, é obtido um resumo da folha de pagamento, o extrato mensal completo e o relatório de salário líquido, após isso, são contabilizados os salários, que são integrados à contabilidade.”

**c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável?**

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

**ESTOQUES:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. As quantidades de estoque são corretamente apuradas e representam produtos e materiais que pertencem à empresa?**

**R:** “Cada setor da entidade tem o seu chefe responsável por controlar o seu estoque. O auxiliar administrativo é responsável pelo controle dos materiais de escritório e papeleria, limpeza e lavanderia; a farmacêutica, pelos materiais e medicamentos; a nutricionista, pelos gêneros alimentícios e descartáveis e o serviços gerais, responsável pelo oxigênio.”

**b. Os estoques são corretamente compilados, valorizados e lançados nas contas?**

**R:** “Após efetuar as compras dos itens de estoques, ou quando há doações do mesmo, são lançadas as notas fiscais no sistema e, após isso, são lançadas em planilhas por livro diário, isto é, pela data de emissão.”

**c. Os estoques são adequadamente protegidos e segurados?**

**R:** “Os estoques são protegidos e seguros, de acordo com cada especificação.”

**d. Os estoques são levantados somente para fins internos da empresa e são prontamente contabilizados?**

**R:** “Os estoques não são levantados somente para fins internos da empresa, pois mensalmente passam por fiscalização municipal correspondente de cada setor e são corretamente contabilizados.”

**e. Itens em excesso, de pouca movimentação, obsoletos e defeituosos são identificados periodicamente, sendo as contas ajustadas ao valor líquido realizável?**

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

**VENDAS, CONTAS A RECEBER E COBRANÇAS: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:**

**a. Os compromissos de vendas são feitos em condições aceitáveis para a empresa?**

**R:** “Atualmente, as mercadorias mais compradas são materiais e medicamentos, gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e, por ser uma entidade de terceiro setor, sempre consegue descontos no valor total das compras, cumprindo, assim, uma linha de preço legal.”

**b. As mercadorias despachadas são prontamente faturadas e contabilizadas pelo valor correto?**

**c. Os saldos individuais, a receber de fregueses, são mostrados pelo valor real devido à empresa?**

**d. São feitas provisões adequadas para contas incobráveis, abatimento, descontos etc?**

**R Geral:** “A entidade não corresponde aos tipos de serviços solicitados nos itens b, c e d.”

**e. Os pagamentos de fregueses são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa?**

**R:** “Por ser uma entidade hospitalar, os únicos dinheiros recebidos são de internações, ambulatórios, procedimentos e consultas particulares, que são recebidos e logo após é emitida a nota fiscal para o paciente, dando entrada no caixa, depositando e contabilizando.”

**f. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável?**

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

**CAIXA: O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:**

**a. Os saldos de caixa representam disponível real em mãos?**

**R:** “O saldo do caixa tem uma representação verdadeira em mãos e o único responsável por prestar conta do mesmo é o gerente financeiro, que o confere e faz o lançamento diariamente.”

**b. Os desembolsos são feitos para fins específicos e corretamente contabilizados?**

**R:** “Os desembolsos da empresa são feitos mensalmente por meio de repasses, para fins de uso específicos e separados por conta, depois são contabilizados e, posteriormente, presta-se contas ao Tribunal mês a mês.”

**c. Os pagamentos de fregueses são recebidos, depositados e contabilizados corretamente pela empresa?**

**R:** “Os dinheiros recebidos são de internações, ambulatórios, procedimentos e consultas particulares, que são recebidos em dinheiro e, logo após, é emitida a nota fiscal para o paciente, dando entrada no caixa e depositando. Também tem as doações mensais e refeições de funcionários que optam por comprar da própria empresa, assim, são emitidos recibos para dar entrada no caixa, depois isso é depositado e, por fim, contabilizado.”

**d. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável?**

**R:** Tal pergunta não foi respondida.

**TÍTULOS A RECEBER:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Títulos a receber e respectivas garantias são aceitos, modificados e liberados somente se forem devidamente autorizados?**

**R:** “O controle interno da empresa proporciona garantia de recebimento dos títulos recebíveis através de contratos firmados e pactuados de prestação de serviços hospitalares radiológicos, laboratórios e convênios médicos.”

**b. Os títulos a receber respectivas garantias estão em poder da empresa?**

**R:** “Os títulos a receber estão sob garantia da empresa conforme contrato anualmente firmado entre as partes.”

**c. Os saldos de títulos a receber representam valores reais devidos à empresa?**

**R:** “Os títulos a receber representam valores reais, pois, em relação às doações, aluguéis de salas e unidades de atendimento, são valores fixos mensais.”

**d. São feitas provisões adequadas para títulos incobráveis?**

**R:** “Em relação a títulos incobráveis, se necessário, realizamos provisões e os mesmos são mencionados no Balanço Patrimonial, porém, atualmente, todos os nossos títulos são recebíveis.”

**e. A empresa tem controle dos títulos a receber vendidos ou descontados com cláusula de recompra (ou aval)?**

**R:** “Atualmente, a empresa não realiza este tipo de operação, pois não é necessária a venda e desconto de títulos a receber.”

**PAGAMENTOS ANTECIPADOS:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Os valores ativados são apropriadamente atribuíveis a operações futuras?**

**R:** “O controle interno da empresa garante os valores em operações futuras, pois, quando necessário, são vinculados a documentos fiscais comprobatórios das operações realizadas.”

**b. Todos os valores significativos são apropriadamente contabilizados e amortizados numa base razoável?**

**R:** “Todos os valores e operações financeiras são contabilizados mensalmente, pois as operações são realizadas somente mediante documentos fiscais e prestações de contas entregues ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.”

**TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. As transações com títulos são apropriadamente autorizadas e contabilizadas?**



**b. Cada título emitido tem um valor nominal, taxa e data de vencimento especificados? A data de vencimento deve reembolsar o valor nominal total do título? Os títulos são adequadamente protegidos e salvaguardados?**

**c. A possibilidade de perdas devido a desfalques ou outras irregularidades é limitada, e se os controles existentes forem aplicados, as perdas serão descobertas dentro de prazo razoável?**

**R Geral:** “Em relação a “TÍTULOS NEGOCIÁVEIS E OUTROS”, informamos que, atualmente, a entidade não realiza este tipo de operação com os fornecedores e prestadores de serviços. O que atualmente é realizado são negociações de valores referentes a impostos e tributos não pagos anteriormente através de vias judiciais, seja ela no âmbito estadual ou federal.”

**IMOBILIZADO:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Os saldos das contas do imobilizado representam propriedades reais, adquiridas ou construídas?**

**R:** “Os saldos das contas do imobilizado representam valores reais e atualizados no imobilizado, conforme controle interno da empresa, catalogando e realizando monitoramento dos bens adquiridos.”

**b. As transações com imobilizado (adições, transferências e baixas) são devidamente autorizadas e contabilizadas?**

**R:** “As transações com os imobilizados são contabilizadas, pois na aquisição de um bem é realizada a inclusão e, conforme os desgastes naturais, devido às operações de uso, são realizadas as baixas dos imobilizados substituídos.”

**c. As aquisições de imobilizado representam débitos realmente capitalizáveis (lançados na conta)?**

**R:** “As aquisições de imobilizados representam débito lançado, pois toda a documentação é enviada ao setor contábil para a inclusão na conta.”

**d. As depreciações são calculadas em bases aceitáveis e são razoáveis em relação à vida estimada dos bens?**

**R:** “As depreciações são calculadas em bases aceitáveis à vida útil dos bens estimados, realizando, assim, atualização dos valores nas demonstrações contábeis.”

**TÍTULOS A PAGAR E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Os empréstimos são devidamente aprovados e contabilizados?**

**b. Os títulos liquidados são devolvidos à empresa, devidamente endossados e cancelados (ou autenticados)?**

**c. As cláusulas contratuais de empréstimos são obedecidas?**

**R Geral:** “Em relação aos itens a, b e c, a entidade não realiza empréstimos bancários, pois mensalmente são repassados valores de recursos federais (SUS); e, também, através de plano de trabalho realizado anualmente, a

entidade recebe recursos municipais, garantindo, assim, a assistência aos atendimentos à população e quitação das obrigações a pagar.”

**CAPITAL:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Os dividendos são pagos corretamente aos acionistas?**

**b. A movimentação nas contas de capital é devidamente contabilizada?**

**R Geral:** “Em relação aos itens a e b, a entidade, por ser uma empresa de terceiro setor, sem fins lucrativos, não realiza distribuição de capital.”

**OPERACÕES:** O sistema de controle interno da empresa pesquisada proporciona razoável garantia de que:

**a. Receitas, custos e despesas são corretamente contabilizados em regime de competência de exercícios?**

**R:** “Todas as receitas, custos e despesas são corretamente contabilizadas em regime de competência, pois mensalmente as prestações de contas são entregues aos órgãos competentes e são fiscalizados (TC-SP) os recursos repassados à entidade mensalmente.”

**b. Receitas, custos e despesas são classificados de forma a permitir uma correta avaliação do resultado das operações?**

**R:** “Todas as receitas, custos e despesas são classificados devidamente em suas respectivas contas contábeis, garantindo uma avaliação correta dos resultados e transparência nas operações.”

**c. As informações fornecidas para decisões de gerência são adequadas e corretamente compiladas?**

**R:** “Todas as informações fornecidas à administração são adequadas e compiladas corretamente, pois a entidade possui um quadro profissional competente, garantindo total segurança nos trabalhos executados, fornecendo, assim, relatórios gerenciais que garantem decisões assertivas da administração.”

## Anexo II - Tabela de Simulação do Cálculo da Folha de Pagamento

IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TAMBAÚ														
CARGO	PLANO	QUADRO FUNC. HOJE	QUADRO SUGERIDO	SALÁRIO ACORDO UNIT.	INSALUB. UNIT.	TOTAL MENSAL	GRATIFICAÇÃO	PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO	SOBRE AVISO	HORAS EXTRAS	ADICIONAL NOTURNO	DSR	FGTS 8%	PIS 1%
Administrador	1	1	1	R\$ 5.100,00	R\$ 260,00	R\$ 5.360,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 428,80	R\$ 53,60
Assistente Social	1	1	1	R\$ 2.200,00	R\$ 260,00	R\$ 2.460,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 196,80	R\$ 24,60
Aux. Enfermagem	1	1	1	R\$ 1.700,00	R\$ 260,00	R\$ 1.960,00	R\$ -	R\$ 218,78	R\$ -	R\$ 10,00	R\$ 500,00	R\$ 150,00	R\$ 227,10	R\$ 28,39
Aux. Administrativo	2	2	2	R\$ 1.640,00	R\$ 260,00	R\$ 3.800,00	R\$ 400,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 336,00	R\$ 42,00
Aux. Escritório	2	2	2	R\$ 1.640,00	R\$ 260,00	R\$ 3.800,00	R\$ 200,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 320,00	R\$ 40,00
Aux. Farmácia	2	2	2	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 3.420,00	R\$ 200,00	R\$ 73,59	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 295,49	R\$ 36,94
Aux. Faturamento	1	1	1	R\$ 1.640,00	R\$ 260,00	R\$ 1.900,00	R\$ 450,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 188,00	R\$ 23,50
Copeiro de Hospital	3	3	3	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 5.130,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 410,40	R\$ 51,30
Cozinheiro de Hospital	3	3	3	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 5.130,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 410,40	R\$ 51,30
Enfermeiro	6	6	6	R\$ 2.890,00	R\$ 260,00	R\$ 18.900,00	R\$ 450,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.548,00	R\$ 193,50
Farmacêutico	2	2	2	R\$ 2.900,00	R\$ 260,00	R\$ 6.320,00	R\$ 450,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 541,60	R\$ 67,70
Faturista	1	1	1	R\$ 1.640,00	R\$ 260,00	R\$ 1.900,00	R\$ 450,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 188,00	R\$ 23,50
Faxineiro	4	4	4	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 6.840,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 547,20	R\$ 68,40
Gerente Financeiro	1	1	1	R\$ 3.600,00	R\$ 260,00	R\$ 3.860,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 308,80	R\$ 38,60
Auxiliar Financeiro	1	1	1	R\$ 1.640,00	R\$ 260,00	R\$ 1.900,00	R\$ 200,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 168,00	R\$ 21,00
Lavadeiro	2	2	2	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 3.420,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 273,60	R\$ 34,20
Motorista de Ambulância	2	2	2	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 3.420,00	R\$ -	R\$ -	R\$ 700,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 329,60	R\$ 41,20
Serviços Gerais	2	2	2	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 3.420,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 273,60	R\$ 34,20
Psicólogo Hospitalar	1	1	1	R\$ 2.200,00	R\$ 260,00	R\$ 2.460,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 196,80	R\$ 24,60
Recepcionista	4	4	4	R\$ 1.450,00	R\$ 260,00	R\$ 6.840,00	R\$ 150,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 50,00	R\$ 20,00	R\$ 564,80	R\$ 70,60
Tec. Enfermagem	20	20	20	R\$ 1.800,00	R\$ 260,00	R\$ 41.200,00	R\$ 790,00	R\$ 406,95	R\$ -	R\$ 100,00	R\$ 2.800,00	R\$ 800,00	R\$ 3.687,76	R\$ 460,97
<b>TOTAL</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>62</b>	<b>R\$ 42.190,00</b>	<b>R\$ 5.460,00</b>	<b>R\$ 133.440,00</b>	<b>R\$ 3.740,00</b>	<b>R\$ 699,32</b>	<b>R\$ 700,00</b>	<b>R\$ 110,00</b>	<b>R\$ 3.350,00</b>	<b>R\$ 970,00</b>	<b>R\$ 11.440,75</b>	<b>R\$ 1.430,09</b>

## Anexo III - Laudo Pericial Contábil Extrajudicial

**LAUDO PERICIAL CONTÁBIL EXTRAJUDICIAL**

À Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú

Endereço: Rua Coronel Manoel de Souza Meirelles, número 40 - Centro, com sede na cidade de Tambaú/SP.

Alice Ferracini Prado, Ana Luiza de Souza, Lucas Roberto Martins Acosta e Rafaela Soqueti, peritos contratados pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú, com escritório na Avenida Dr. Octávio da Silva Bastos, 2439, São João da Boa Vista, São Paulo, telefone (19) 3602-3500, tendo concluído os serviços, pela presente formaliza o Laudo Pericial.

**OBJETO**

O presente Laudo Pericial tem como objetivo fixar-se na análise da documentação comprobatória dos documentos apresentados na folha de pagamento da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Tambaú .

**CONCLUSÕES DO PERITO**

Consoante perícia executada através do recálculo da folha de pagamento da entidade, que nela consta os valores dos salários, insalubridade, férias, 13º salário, hora extra e adicional noturno que atualmente o quadro de funcionários encontra-se em um total de 62 colaboradores. Entendemos ter atingido o objeto e objetivo do trabalho proposto, uma vez que, podemos afirmar que, confere todas as informações lançadas, não há qualquer divergência na folha de pagamento, todos os dados estão corretos.

**ENCERRAMENTO DO PERITO**

Pelas pesquisas e análises feitas, conclui que não há qualquer tipo de discordância dos valores apresentados e lançados na folha de pagamento, na qual utilizamos para a realização do presente documento pericial.

São João da Boa Vista, 05 de Maio de 2023.

Alice Ferracini Prado  
Ana Luiza de Souza  
Lucas Roberto Martins Acosta  
Rafaela Soqueti